FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

ROZANA LAGO DO CARMO

OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC) – 1995-2002

VITÓRIA

2016

ROZANA LAGO DO CARMO

OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC) – 1995-2002

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em serviço social.

Orientador: Prof. Alaísa de Oliveira Siqueira

VITÓRIA

2016

ROZANA LAGO DO CARMO

OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC) – 1995-2002

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço social.

Aprovado em _____ de _____ de ____, por:

_____

Prof. Alaísa de Oliveira Siqueira - Orientador

_____

Prof. Juliane Barroso, Instituição

_____

Prof. Vicente de Paula Colodetti, Instituição

Dedicado à Deus, eu e meus familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade, pela vida e saúde, pois sem esta dádiva não seria possível realizar este trabalho.

Sou muito grata também a todos os meus familiares pela ajuda sempre, exclusivamente a minha mãe que está ao meu lado incondicionalmente e que muito contribuiu para que eu conseguisse finalizar este trabalho.

Quero também expressar minha gratidão a todos os meus professores da graduação, principalmente a minha orientadora a professora Alaísa de Oliveira Siqueira, que com muita paciência e dedicação, e profissionalismo foi nota 10 com suas orientações, e graças a isso foi possível a concretização deste trabalho.

“[...] analisar o mundo do trabalho evidentemente é falar da sua relação com a sociedade. É nessa inter-relação - trabalho e sociedade, mundo do trabalho e relações sociais - que devem ser analisadas as transformações que vêm se processando nesse conjunto de situações. Evidentemente, falar do mundo do trabalho é falar de uma dinâmica própria, sem esquecer entretanto das mutações que ocorrem na sociedade e no mundo internacional como um todo” (NEVES, 1997, p. 25).

RESUMO

Este trabalho trata-se de um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa, e teve como objetivo geral identificar os impactos da reestruturação produtiva para as condições de trabalho no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – 1995-2002, e como objetivo específico identificar as principais medidas tomadas pelo governo FHC em relação ao trabalho e as relações de trabalho. Sua realização iniciou a partir de uma revisão bibliográfica de alguns autores, e posteriormente uma seleção dos autores referencia da nossa temática que envolve tanto a reestruturação produtiva, quanto a categoria trabalho. A seleção destes autores aconteceu por meio de leitura exploratória, para que assim construíssemos o referencial teórico. No arcabouço teórico discutimos a categoria trabalho, buscando evidenciar seus múltiplos significados, além de sua contribuição para a formação do ser social, foi considerado pertinente também abordar o processo de trabalho e a alienação do trabalho no modo de produção capitalista, descrevemos também o processo de reestruturação produtiva e suas implicações no trabalho de uma forma geral, e para nos aproximarmos do nosso objetivo pretendido falamos sobre o neoliberalismo e em seguida dissertamos a respeito da reestruturação produtiva no Brasil e suas implicações no trabalho e por fim realizamos uma discussão dos resultados onde constatamos que o processo de reestruturação produtiva no governo FHC trouxe múltiplas consequências para o trabalho e as relações de trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Reestruturação. Produtiva. Alienação. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This work it is a bibliographic study of qualitative approach and aimed to identify the impacts of the restructuring process for the working conditions in the government of Fernando Henrique Cardoso (FHC) - 1995-2002, and as a specific objective to identify the key measures FHC taken by the government in relation to work and labor relations. Its realization started from a literature review of some authors, and then a selection of references authors of our theme that involves both the restructuring process, as the work category. The selection of these authors came through exploratory reading, so that we build the theoretical framework.IN the theoretical framework discussed the work category, to disclosing its multiple meanings, as well as their contribution to the formation of the social was considered relevant also address the work process and the alienation of labor in the capitalist mode of production also described the process of industrial structure and its implications for the work in general, and to get closer to our desired objective talk about neoliberalism and then that, we talk about productive restructuring in Brazil and its implications at work and finally we had a discussion of the results where we contact that the restructuring process in government FHC brought many consequences for work and labor relations.

Keywords: Work.Restructuring.Production.Alienation.Neoliberalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Evolução do salário mínimo Brasil (1995-2007).....72
Tabela 02– Evolução do número de greves por tipo de reivindicação (1992-1997)..77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Total de greves no Brasil (1985- 1999).....63
Gráfico 02 – Grevistas no Brasil- Média Mensal por ano (1985-1999).....64
Gráfico 03 – Taxa de desemprego total – Região Metropolitana de São Paulo.....65

LISTA DE SIGLAS

BM– Banco Mundial

CAGED–Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CLT– Consolidação das Leis Trabalhistas

COPOM– Comitê de Política Monetária

CUT– Central Única dos Trabalhadores

DIEESE– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios Econômicos

FGTS– Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

FHC– Fernando Henrique Cardoso

FMI– Fundo Monetário Internacional

IBGE–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MP – Medida Provisória

MTE– Ministério do Trabalho e Emprego

ONU–Organização das Nações Unidas

PEA–População Economicamente Ativa

PED–Pesquisas de Emprego e Desempregos

PIB – Produto Interno Bruto

PLR – Participação nos Lucros ou Resultados

SENAC–Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESI–Serviço social da Indústria

URV– Unidade de Real de Valor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 25

2 REFERENCIAL TEÓRICO..... 31

2.1 CONCEITUANDOTRABALHO E SUA DIMENSÃO SOCIAL.....31

2.1.1Processo de trabalho e a alienação no modo de produção capitalista.... 36

2.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO. 41

2.3 NEOLIBERALISMO.....53

2.3.1 Reestruturação produtiva no Brasil e suas implicações no trabalho..... 58

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA..... 67

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 79

REFERÊNCIAS..... 81

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é resultado de um estudo bibliográfico sobre o tema Reestruturação Produtiva e as condições de trabalho no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Sendo que este trabalho teve como objetivo geral identificar os impactos da reestruturação produtiva para as condições de trabalho no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – 1995-2002 e como objetivo específico identificar as principais medidas tomadas pelo governo FHC em relação ao trabalho e as relações de trabalho.

Lembrando que nosso objeto de estudo partiu do seguinte questionamento: quais foram os impactos da reestruturação produtiva nas condições de trabalho no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – 1995-2002?

Dessa forma para Gil (2009), com a finalidade de conhecer o mundo, o ser humano utiliza de suas habilidades, assim ao longo do tempo ele vem desenvolvendo mecanismo mais ou menos preciso a fim de explicar e conhecer os fenômenos ao mesmo tempo produzir conhecimentos, e um destes meios é através da pesquisa.

Gil (2009, p. 26) definiu a pesquisa como: “[...] o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método cientifico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Em relação à nossa pesquisa, ela é de cunho bibliográfica e sua abordagem é qualitativa. E sobre este tipo de pesquisa Gil (2010) diz que deve ser:

> [...] elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, cds, bem como material disponibilizado pela internet (GIL,2010, p.29).

Barros e Lehfeld também descreve que:

> Essa tipologia de pesquisa pode atender aos objetivos do aluno na sua formação acadêmica como pode gerar a construção de trabalhos inéditos daqueles que pretendem rever, reanalisar, interpretar e criticar considerações teóricas, paradigmas e mesmo criar novas proposições de explicação de compreensão dos fenômenos das mais diferentes áreas do conhecimento (BARROS; LEHFELD,2014, p.85).

A respeito da abordagem qualitativa (Richardson, “et al”. 199.p.79) diz que: “[...] difere em princípio do quantitativo a medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”.

Além disso, para Barros e Lehfeld, (2003.p.34): “A pesquisa bibliográfica se realiza comumente em três fases identificação, localização e reunião sistemática dos materiais ou dos fatos”.

Nesse sentido neste trabalho foi realizado um levantamento de alguns autores que já estudaram e publicaram sobre a categoria teórica “trabalho”, autores estes tais como: Marx (2015), Antunes (2000), Albornoz (2008), Braverman (1987) e outros, além de autores que estudam a reestruturação produtiva, tais como Harvey (2013), Antunes (1999), Netto e Braz (2007), Behring e Boschetti (2011) dentre outros.

Este levantamento de dados e autores nos proporcionou conhecer mais sobre o nosso tema de estudo, além de ter possibilitado um recorte mais preciso do nosso problema de pesquisa, sendo assim estes são uns dentre outros autores que compõem o referencial teórico de nosso trabalho.

Gil (2010) também definiu esse momento como leitura exploratória, pois se trata de um período onde o pesquisador faz uma busca em diversos materiais para selecionar alguns, ou seja, faz-se uma busca em diferentes bibliografias, antes de selecionar as que realmente compõem o trabalho.

Para Marconi e Lakatos (2001) este período é chamado de identificação, pois “é a fase de reconhecimento do assunto pertinente ao tema em estudo” (MARCONI; LAKATOS 2001, p.47).

Dessa forma para o presente estudo foi realizado levantamento em materiais na biblioteca, principalmente na Faculdade católica Salesiana do Espírito Santo, em livros, também foi utilizado materiais publicados da internet no site da (Scielo), publicações tais como: artigo, revistas, livros, etc.

E posteriormente ao levantamento bibliográfico foi selecionado as categorias que de fato foram utilizados para a composição do trabalho, ou seja, foi realizado uma leitura seletiva.

Sendo que:

> A leitura seletiva é mais profunda que a exploratória; todavia não é definitiva. É possível que se volte ao mesmo material com propósitos diferentes. Isso porque a leitura de determinado texto pode conduzir a algumas indagações que de certa forma, podem ser respondidas recorrendo –se a textos anteriormente vistos. Da mesma forma, é possível que determinado texto, eliminado como não pertinente, venha a ser objeto de leitura posterior, em decorrência de alterações dos propósitos do pesquisador. (GIL ,2010, p.59).

Dando continuidade à pesquisa, foi feita uma leitura analítica do material selecionado sendo que, “a finalidade da leitura analítica é de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa” (GIL,2010, p.60).

Após realizamos uma leitura interpretativa com a finalidade de interpretação dos dados obtidos da leitura analítica, visto que “na leitura interpretativa, procura–se conferir significado mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica” (GIL,2010 p.60).

Após estas múltiplas etapas iniciamos e finalizamos a redação do trabalho e posteriormente foi elaborada as demais etapas da pesquisa, onde buscou-se o que foi proposto. O trabalho foi estruturado da seguinte forma: introdução, referencial teórico, resultados e discussão e considerações finais

Nos resultados e discussão, foi feita uma análise do trabalho no geral buscando suas maiores compatibilidades dando foco aos nossos objetivos, para que pudéssemos encontrar resposta ao nosso problema de pesquisa, e finalizando escrevemos as considerações finais.

Voltando ao assunto sobre o tema estudado, tanto a categoria trabalho quanto a reestruturação produtiva é uma temática já bastante discutida por alguns autores, mas sempre é possível novos estudos, visto que sempre surgem novos questionamentos.

Deste modo nos foi suscitado o interesse de estudo deste tema, visto que através do mesmo nos possibilitou fazer um balanço do quanto a reestruturação produtiva afetou o trabalho e as relações de trabalho no país no governo Fernando Henrique Cardoso e que possivelmente tem afetado o trabalho até nos dias atuais, Além de nos ter proporcionado como acadêmicos em processo de aprendizagem maiores conhecimento sobre a temática.

Visto que interesse pelo tema partiu dos debates em sala de aula, e pela percepção destes elementos provenientes da reestruturação em nosso local de trabalho.

Além disso, é durante a graduação que nos é ressaltada a importância de se fazer pesquisa, para adquirirmos conhecimentos, de vários aspectos, épocas, lugares, ou seja sobre tudo a nossa volta.

Nesse sentido, Minayo e colaboradores (1994) ressaltam que desde os povos primitivos, sempre houve a preocupação do ser humano em fazer pesquisas, a pesquisa é a forma pelo qual o ser humano em qualquer época da vida ou lugar do mundo a utiliza como ferramenta para adquirir novos conhecimentos, explicar os fenômenos, os acontecimentos, o cotidiano, ou seja, o homem sempre busca explicação para tudo a sua volta.

Barros e Lehfeld (2000, p. 30) diz que o homem “introduzido no processo de socialização vai progressivamente interrogando sobre os significados do universo circundante, buscando respostas convincentes para dúvidas e incertezas”.

Assim diante de todo panorama de relevância da pesquisa, não poderíamos deixar de destacar a relevância da pesquisa para a profissão de Serviço Social, no que refere ao processo de formação profissional, quanto no exercício da profissão, como Iamamoto (2012), descreve:

> A pesquisa ocupa um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, atividade privilegiada para a solidificação dos laços entre ensino universitário e a realidade social e para a soldagem das dimensões teóricos – metodológicas e prático – operativas do serviço social, indissociáveis de seus componentes éticos – políticos (IAMAMOTO, 2012, p.273).

Iamamoto (2012) também ressalta que é importante o uso da pesquisa no processo de graduação, pois nos possibilita compreender a realidade e todos os processos, tanto econômicos, políticos e também culturais, além de um aperfeiçoamento de nossas dimensões teórico metodológico, ético político e técnico operativo, além disso:

> A pesquisa docente e discente, na graduação e pós-graduação é um recurso indispensável para compreensão das múltiplas formas de desigualdades sociais e dos processos de exclusão delas decorrentes – econômicos, políticos e culturais -, sua vivencia e enfrentamento pelos sujeitos sociais na diversidade de sua condição de classe, gênero, raça e etnia. Ora é este o terreno de onde emanam as demandas profissionais por parte do Estado, o empresariado, de outros segmentos da sociedade civil que atuam no amplo campo da pobreza e da exclusão (IAMAMOTO, 2012, p. 274).

Iamamoto (2012) acrescenta mais que diante da dinamicidade da realidade das coisas dos fatos dos acontecimentos, onde tudo se modifica se transforma de forma rápida a pesquisa é essencial, pois ela prepara o profissional e o atualiza para lidar com as diferentes demandas que vão surgindo provenientes de todas as transformações

correntes em todas as esferas da sociedade e no mundo do trabalho, e até no subjetivo do ser humano e que atrelado a estas mudanças surge expressões da questão social muito mais complexas e que requer um profissional cada vez mais preparado, na intervenção profissional.

Dessa forma:

> A atitude investigativa permite ao assistente social olhar para além do que está posto, transcendendo a realidade Tal Como se apresenta. Assim é possível desvendar as relações e construir conhecimento acerca dos mesmos, favorecendo, a partir de reflexões e críticas, uma pratica profissional consistente e coerente. ” (PATRIOTA et al., 2013, p.181).

Logo concluímos que realização deste estudo foi oportuno, pois apesar de não se tratar de uma temática nova as mudanças no mundo do trabalho continuam em curso e reflete em todas as áreas profissionais.

Nesse sentido acreditamos que careça de estudos constantemente, para avaliação, dos reflexos e consequências da reestruturação produtiva, que afetou e continua afetando diretamente o trabalho e a toda sociedade e isto tem reflexos diretamente na atuação do profissional de Serviço Social daí a necessidade de estudos constantes, pois, a compreensão e a percepção e o os questionamentos resultantes das mudanças ocorridas no trabalho e na sociedade só é possível quando nos dispomos e estudamos sobre o assunto.

Este trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está subdividido em 3 capítulos e as considerações finais, sendo que:

No primeiro capitulo contém a introdução e nela está inserida também a metodologia utilizada nesta pesquisa;

No segundo capitulo contém a base teórica, ou seja, o referencial teórico, onde abordamos de uma forma geral o conceito de trabalho e sua contribuição para a formação do ser social, discutimos também o processo de trabalho e a alienação no modo de produção capitalista.

Em seguida apresentamos também de um modo geral o processo de reestruturação produtiva e suas principais implicações para o trabalho e posteriormente descrevemos sobre o neoliberalismo e logo após discutimos sobre a reestruturação produtiva no Brasil e implicações para o trabalho.

No terceiro capitulo apresentamos os resultados e discussão do estudo dando enfoque brevemente aos impactos da reestruturação produtiva de um modo geral, mas em seguida enfatizando melhor estes impactos no Brasil, principalmente no

Governo FHC que é nosso objetivo, elencado assim as suas principais medidas tomadas.

E por fim apresentamos as considerações finais dando fechamento a tudo o que já foi discutido anteriormente.

Esperamos que este trabalho tenha alcançado mesmo que brevemente ao que foi proposto inicialmente e que de alguma forma possa contribuir com conhecimentos para outros estudos.

2 REFERENCIALTEÓRICO

Neste capitulo falaremos sobre a categoria trabalho, buscando apreender seu significado, bem como sua dimensão social, além de discorrer sobre como ocorre o processo de trabalho na produção de valor de uso, além de explicitar o processo de alienação no modo de produção capitalista.

2.1 CONCEITUANDO TRABALHO E SUA DIMENSÃO SOCIAL

No cotidiano verbalizamos, escutamos falar e até praticamos inúmeras atividades que as denominamos de trabalho, tanto que Carmo (1992) diz que na atualidade emprega-se a palavra trabalho como significado de diversas coisas, como se todas as coisas se resumissem a trabalho.

Dessa maneira, vejamos o que esta palavra tão utilizada nos remete: no dicionário Aurélio online encontramos variados significados para trabalho tais como:

> 1 Ato de trabalhar.2 Qualquer ocupação manual ou intelectual.3 Esmero, cuidado que se emprega na feitura de uma obra.4 Obra feita ou que se faz ou está para se fazer.5 Labutação, lida.6 O fenômeno da vitalidade dos órgãos.7 Os exames, as discussões e deliberações de uma corporação, repartição, etc.8 trabalho de sapa: tarefa de abrir fossos, trincheiras, caminhos subterrâneos.9 trabalho ardiloso e oculto.10 trabalho forçado: pena, que consiste na realização de trabalhos físicos, a que são condenados réus de crimes graves(AURÉLIO;2008-2016).

Nesse sentido Albornoz (2008) diz que, pelo fato da palavra trabalho apresentar bastante divergência, e se aplicar em diversos contextos e situações, o senso comum nem sempre consegue fazer uma distinção clara de seus múltiplos significados, causando assim uma confusão para o entendimento, ao contrário do estudo científico que busca todas as distinções aplicadas para uma melhor definição sobre o trabalho.

Portanto, foi pensando nisto que:

> Max Schel filosofo alemão do início do século XX que se preocupou com este assunto, distinguia três sentidos da palavra trabalho: o de uma atividade humana , as vezes também animal ou mecânica ("esta máquina trabalha bem ;"este burro faz um bom trabalho "); o de produto coisificado de uma atividade ("este quadro é um belo trabalho "; este livro é um trabalho bem acabado "); e o de uma tarefa ou fim apenas imaginado (" resta - nos muito trabalho para fazer uma democracia no Brasil") (ALBORNOZ, 2008, p. 13).

Mas enfim o que de fato significa trabalho? E qual a sua relevância para a vida do homem?

Albornoz (2008), diz que para alguns pesquisadores o significado de trabalho representa o momento de evolução do homem, ou seja, quando ele altera o seu meio de busca de subsistência, de homem caçador e pescador para se dedicar ao plantio e a criação de animais.

“Já a significação que hoje é dada ao trabalho se refere à passagem moderna da cultura agrária para a industrial (ALBORNOZ, 2008, p. 14).

E para Oliveira (1987, p. 5):

> A história do trabalho começa quando o homem buscou os meios de satisfazer suas necessidades – a produção da vida material, essa busca se reproduz historicamente em toda ação humana para que o homem possa continuar sobrevivendo. Na medida em que a satisfação é atingida, ampliam-se as necessidades a outros homens e criam- se relações sociais que determinam a condição histórica do trabalho.

Netto e Braz (2012, p.41) ainda acrescentam dizendo que:

> Na base da atividade econômica está o trabalho é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando valores que constituem a riqueza social. [...] o trabalho é muito mais que um tema ou um elemento teórico [...]. De fato, trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade.

Portanto segundo os autores supracitado, o trabalho se apresenta como algo sempre relacionado ao homem, tanto para criar os seus meios de subsistência quanto para o seu desenvolvimento como ser social, sendo assim o trabalho ocupa um papel de destaque na vida do homem. Fato que Carmo (1992) também concorda com estas atribuições que são inerentes ao trabalho para o homem, mas por outro lado em sua obra Ideologia do Trabalho o autor faz uma crítica aos tempos atuais, quanto ao significado e importância que este tem ocupado na vida do homem, segundo ele há uma exaltação exagerada por parte do homem pelo trabalho, como se sempre fosse desta forma, em sua concepção esta obsessão do homem emergiu a partir do capitalismo, pois com a possibilidade e pelo interesse de alavancar o crescimento do capital houve-se uma mudança de ideologia a respeito do trabalho, visto que anteriormente o ato de trabalhar nem sempre era bem visto.

Tanto que para Albornoz (2008) a palavra trabalho remete a sentimentos divergentes pois: “Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura [...]” (ALBORNOZ, 2008, p. 8).

Ainda segundo Carmo (1992) os gregos na antiguidade baseando-se na visão aristotélica de que, para pensar é necessário ócio, não considerava o trabalho como algo relevante, mas ao mesmo tempo, como meio de sobrevivência recorria a mão de obra escrava para realizar as atividades e demandas, portanto o ato de trabalhar não era algo interessante , mas considerado um fardo, para os quem eram obrigados a exercer esta atividade e ao mesmo tempo eram mal vistos pois executava algo que ninguém mais queria fazer, sendo que era utilizado apenas como meio de sobrevivência para os que detinham o poder, o autor também acredita que a igreja neste período partilhava desta mesma visão, pois para ela o apego do homem demasiado ao trabalho faz com que ele não tenha tempo para Deus ,além disso a história do trabalho segundo a Bíblia se configura como um castigo para o homem pela sua desobediência.

Dessa maneira de acordo com Carmo (1992) o significado de trabalho para o homem sofreu mudanças com o advento do capitalismo, de algo penoso e fatigante reservado a escravos para algo bom e necessário para todos os seres humanos, como ele enfatiza a seguir.

> De origem controversa, a palavra “trabalho” remete ao latim tripalium, nome do instrumento formado por três estacas utilizadas para manter presos bois ou cavalos difíceis de ferrar. No latim vulgar, ela significa “pena ou servidão do homem a natureza”. Inicialmente considerado esforço de sobrevivência, o trabalho transformou-se ao longo da história em ação produtiva, ocupação e, para muitos, algo gratificante em termos existenciais (CARMO, 1992, p.16).

Nesse sentido o trabalho tem se apresentado de duas maneiras como afirma Aranha e Dias (2009, p. 116) citado por Camargo (2011 p ,4):

> [...] O trabalho pode conter duas dimensões, dependendo das condições de sua realização. Uma primeira dimensão construtora, emancipadora. É o trabalho concreto de Marx, voltado para a satisfação das necessidades humanas, contribuindo para a realização do indivíduo enquanto criador e transformador do seu meio. [...] outra dimensão alienante, opressora. Nas condições de existência da propriedade privada, o trabalhador não tem condições de interferir sobre os objetivos e produtos do seu trabalho, e até mesmo de dominar o próprio processo de produção.

E referente ao trabalho na dimensão do ser social autores como, Albornoz (2008), Marx (2013),Antunes (1999), Luckás (1979) Netto e Braz (2012) nos apresenta concepções semelhantes quanto a importância do trabalho para o desenvolvimento do ser social, visto que por meio do trabalho que ele se distingue dos animais, podemos levar em conta a comparação que Marx (2013) faz entre a atividade realizada pelo homem e pelo animal, são totalmente distintas pois o animal não

planeja a sua execução mas a faz por extinto, diferentemente do homem que tem em mente tudo que realizará antes de executar, portanto ele desenvolve todas as suas faculdades mentais e sociais e ao mesmo tempo que ele transforma a natureza também é transformado.

E Albornoz (2008) diz que é o trabalho que distingue os seres humanos dos animais, pois apesar da semelhança de algumas atividades dos humanos e dos animais a realizada pelos homens é pensada, consciente e dotada de intencionalidade, enquanto o homem pensa em seu trabalho o animal age instintivamente.

Sendo que na concepção de Braverman (1987, p. 49), "[...] o que importa quanto ao trabalho humano não é a semelhança com o trabalho de outros animais, mas as diferenças essenciais que o distinguem como diametralmente oposto".

> Os vegetais absorvem umidade, minerais e luz e sol; os animais alimentam-se de vida vegetal ou da rapina. Mas apoderar-se desses materiais da natureza tais como são não é trabalho; o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade (BRAVERMAN, 1987, p. 49).

Tanto que Antunes (2000) diz que o trabalho é relevante para a vida humana, pois é nele que o homem se difere dos não humanos, é pelo trabalho que ele se sociabiliza, produz e se reproduz, através das relações desenvolvidas no processo de execução.

"O trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico[1]das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no centro do processo de humanização do homem [...]" (ANTUNES, 1999, p. 136).

Já Luckás (1979) citado por Barroco (2010, p.21), expõe sobre a centralidade ontológica do trabalho para o homem e diz que: "[...] o trabalho é, antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo".

Marx (2015), diz mais que o trabalho antes de qualquer coisa é uma relação do ser humano com a natureza, é um ato de transformação que o mesmo dispende a sua força sobre a natureza e a modifica através da ação de suas pernas, braços e os

---

[1] Trata-se do momento ontológico que assinala a diferenciação do homem perante outros seres naturais. Pressupõe que o ser social tenha surgido de um ser orgânico e este, de um ser inorgânico. Como define Luckás, ["com salto quero dizer justamente que o homem é capaz de trabalhar e falar, continuando a ser um organismo biologicamente determinado, desenvolvendo atividades de novo tipo, cuja constituição essencial não pode ser compreendida em nenhuma categoria da natureza"] (Luckás ,1990, p. XLIII, citado por BARROCO. 2010, p. 20).

demais membros de seu corpo, e nesta relação além de transformar a natureza ele também se modifica, visto que:

> [...] o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o metabolismo entre sociedade e natureza. O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho através do qual o sujeito transforma a natureza (e na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trata se de uma transformação pratica), transforma também o sujeito: foi através do trabalho que, de grupos primatas, surgiram os primeiros grupos humanos - numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social (NETTO; BRAZ, 2012, p.46).

Netto e Braz (2012) ainda colocam que este processo de constituição do ser social através do trabalho acontece pelo fato do trabalho sempre ser realizado de forma coletiva, e isto permite com que os sujeitos se comuniquem, se socializem, troquem experiências, conhecimentos, distribua suas atividades e isto faz com que os indivíduos se tornem sujeitos com vínculos entre eles. “Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é substantivamente, aquilo que se denominará de social” (NETTO; BRAZ. 2012, p.46).

Portanto, de acordo com os autores estudados o trabalho é de fundamental importância para o ser humano, pois ele não só se caracteriza como criador de valor de uso, mas também de criação das práxis sociais do ser humano, pois como Antunes (1999) afirma a base que dá origem as mais avançadas formas das práxis sociais estão no ato laborativo.

Netto e Braz (2012) diz que através da interação do homem com a natureza, ele cria os meios de sua subsistência, pois se produz bens materiais que satisfaz suas necessidades, para sua sobrevivência.

O autor ainda continua falando que o único ser que é capaz de romper com o padrão natural das coisas é o homem, ou seja, por intermédio do trabalho, visto que sua atividade não é instintiva, como a dos animais, pois estes são programados para agir instintivamente, portanto realizará somente uma determinada tarefa, já o ser humano ele pensa, logo ele planeja antes de operar e transformar a natureza, além disso, ele faz uso de instrumentos no desenvolvimento de seu trabalho, e isso se exige habilidades e conhecimentos do que se faz, e é através do ato laborativo que o homem tanto satisfaz necessidades, como cria novas necessidades, que podemos falar que

se abre um leque de possibilidade e necessidades, isto graças à concretização desta atividade desenvolvida pelo homem.

> O trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil é indispensável à existência do homem e quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercambio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 2014, p.64 - 65).

Sendo que Camargo (2011, p,2) também explicita que:

> O trabalho permanece como categoria central na criação de valor nos modos de produção capitalista, e categoria fundante para compreender e explicar as relações sociais de produção na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, no item a seguir abordaremos alguns aspectos relevantes a respeito do processo trabalho humano tão bem explicitado por Marx que segundo ele possibilitou o desenvolvimento do ser social como outrora já foi abordado neste mesmo texto. Portanto é importante conhecermos um pouco sobre este processo de trabalho que tanto contribui para a sociabilidade do indivíduo, mas também como meio de subsistência. Buscaremos abordar também neste próximo subitem, sobre o caráter alienante que o trabalho adquire no processo de produção capitalista.

2.1.1 Processo de trabalho e a alienação no modo de produção capitalista

Marx (2013) em sua obra O Capital busca fazer uma análise sobre a categoria trabalho, categoria também estudada por demais autores, como: Antunes, Albornoz, dentre outros, mas enfim Marx (2013) além de explicitar a dimensão social do trabalho, este também explica todo o processo de trabalho utilizado na produção de valores de uso, e que ao final visualizamos em forma de mercadoria, sendo assim a mercadoria é a concretização do trabalho.

Segundo Marx (2013) devemos considerar o seguinte:

> Antes de tudo o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar- se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX,2013, p.211).

E para Iamamoto (2012, p. 349):

> [...]o homem [...] para prover suas necessidades, interage com objetos de natureza orgânica e inorgânica. Ainda que parte da natureza, suas atividades vitais diferenciam-se, pelo trabalho, dos demais seres naturais, que se limitam a consumir diretamente os objetos dados no meio natural. Sendo o trabalho a atividade vital especifica do homem, ele mediatiza a satisfação de suas necessidades pela transformação previa da realidade material, modificando a sua forma de natural, produzindo valores de uso. O homem é um agente ativo, capaz de dar respostas pratico- conscientes aos seus carecimentos, através da atividade laborativa[...]. Como agente ativo amplia incessantemente o círculo de objetos que podem servir a atividade vital humana, seja para seu consumo direto, seja como meio de trabalho. Vive em um universo humanizado, ele mesmo produto da atividade humana de gerações precedentes: de objetivações de suas experiências, faculdades e necessidades. O trabalho é atividade racional orientada para um fim, a produção de valores de uso, a assimilação de matérias naturais para a satisfação de necessidades humanas. É originalmente, metabolismo entre homem e a natureza, da qual se apropria para satisfação das necessidades humanas. A natureza é o terreno dos valores de uso sociais ou a produção de valores de uso em forma de "natureza produzida", isto, é construída e modificada pela ação humana[...]. O trabalho concreto, formador de valores de uso, é condição da vida humana, independente de todas as formas de sociedade. É atividade existencial do homem, sua atividade livre e consciente.

Ainda segundo Marx (2013) o trabalho é uma atividade inerente ao ser humano, sendo assim o autor faz uma análise, e em sua discussão faz uma comparação entre a atividade executada por um homem arquiteto e uma abelha e ele chega à conclusão que ambas têm semelhanças na execução de suas atividades, porém uma é considerada trabalho a outra não, sendo que a do arquiteto ele denominou de trabalho, pois antes de sua execução este planeja todas as suas ações, ou seja, ele constrói mentalmente o que ele irá produzir, e este é o ponto crucial de distinção entre o arquiteto e a abelha, pois a abelha por sua vez age instintivamente, diferentemente do homem que "no fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador" (MARX,2013,p.212).

Nesse sentido Iamamoto (2012) também partindo do pressuposto das ideias de Marx, ela aponta características que segundo ela distingue o trabalho humano, que é a "[...] sua dimensão teleológica[2], o uso e criação de instrumentos e de novas necessidades (IAMAMOTO,2012, p.349).

Outra característica que Iamamoto (2012) descreve sobre o trabalho humano:

> É o uso e a criação de meios de trabalho, que se interpõem entre o homem e o objeto, e servem de veículo da ação conforme objetivos antecipados. Nos meios de trabalho encontram-se objetivadas formas de atividades e necessidades humanas. Esses meios são indicadores das condições sociais

[2] A dimensão teleológica é a capacidade do homem de projetar antecipadamente na sua imaginação o resultado a ser alcançado pelo trabalho, de modo que, ao realiza-lo, não apenas provoca uma mudança de forma da matéria natural, mas nela realiza seus próprios fins (IAMAMOTO,2012, p. 349).

> sob as quais se efetua o trabalho especificamente humano e do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana (IAMAMOTO,2012, p. 350).

Sendo que Marx (2013) também aponta que neste processo de trabalho o homem utiliza a sua força de trabalho para transformar a matéria prima em mercadorias de valores de uso, sendo assim o autor diz que: “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho” (MARX, 2013.p.211).

Em outras palavras Marx (2013) discorre que:

> Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe ação toda vez que produz valores de uso em qualquer espécie” (MARX,2013, p.197).

Marx (2013, p. 212) também destaca que na realização de sua atividade denominada de trabalho, o homem se apropria de alguns elementos que são:

> Os elementos componentes do processo de trabalho[...]: a atividade adequada a um fim, isto é, próprio trabalho; A matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.

Ainda segundo Marx (2013) para se chegar ao um fim desejado o homem utiliza o seu próprio trabalho, mas também se apropria do objeto de trabalho.

> A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água), que ao surgir o homem, prove com meios de subsistência prontos para utilização imediata[3], existe independentemente da ação dele, sendo o objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com o seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela a natureza. Assim, os peixes que se pescam, que são tirados do seu elemento, a água; a madeira derrubada na floresta virgem; o minério arrancado dos filões. Se o objeto é por assim dizer filtrado através de trabalho anterior, chamamo-lo de matéria prima. Por exemplo o minério extraído depois de ser lavado. Toda matéria–prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho, só é matéria prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho (MARX, 2013, p.212).

O autor também descreve como sendo o meio de trabalho:

> […] uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre este objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira (MARX,2013, p.213).

Além disso, Marx (2013) aponta que os materiais, usados como subsistência retirados prontos da natureza não pode ser considerado como objeto de trabalho, mas sim

---

[3] Segundo Stewart (1770, p.116) citado por Marx (2013, p. 212) são: ” os produtos da terra existentes em pequena quantidade, sem depender em nada do ser humano, parece serem fornecidos pela natureza do mesmo modo que se dá a um jovem uma pequena soma para pô-lo no caminho da diligencia e do enriquecimento.

como meio de trabalho que contribui com os membros do corpo humano, que neste caso é também considerado como um meio de trabalho. Sendo que deste mesmo modo para o autor a terra se caracteriza como um dos meios de trabalho primitivo, porém para que ela se caracterize desta forma deve está aliado a outros meios de trabalho para que possa se prepará-la, para quando vai se utilizar para o plantio de algo. Por outro lado, a terra também oferece por si só outros meios de trabalho, pois: “fornece, lhe, por exemplo, a pedra que lança e lhe serve para moer, prensar, cortar etc.” (MARX 2013, p. 213).

O autor também aponta que: “O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalhos já elaborados (MARX,2013, p.213). Sendo que:

> O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho (MARX,2013, p.214).

Diante de tudo isso que já foi mencionado o autor evidencia que:

> No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto, sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue -se ao concluir o produto. O produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado as necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se, e a matéria está trabalhada (MARX,2013, p.214 - 215).

E Iamamoto (2012) também reforça alguns pontos já mencionados ao longo do texto e conclui que:

> O trabalho implica, pois, mudanças também no sujeito –homem –e não só no objeto –natureza[...]. Sob o ângulo material, é produção de objetos aptos a serem utilizados pelo homem, produção de meios de vida, através dos quais os homens produzem indiretamente a sua vida material [...]. Sob o ângulo subjetivo, é processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas, desenvolvendo aquelas inscritas na natureza orgânica do homem, humanizando as e criando novas necessidades. Enfim, é produção objetiva e subjetiva, de coisas materiais e de subjetividade humana (IAMAMOTO,2012, p.350 - 351).

Nesse sentido além destes assuntos já discutidos ao longo do texto e estudados por vários autores sobre o trabalho, onde se discutiu a dimensão social do trabalho, e todo seu processo de trabalho como criador de valor de uso, há outro ponto que é importante discutir que é a dimensão alienada que o trabalho adquire no modo de produção capitalista tão bem explicitada por Marx (2013), dentre outros autores.

Dessa forma para Antunes (2000) na produção capitalista tudo é acelerado e a relação do homem com o trabalho, também se modifica, dada as múltiplas mudanças no mundo do trabalho, o sentido do trabalho para o homem, também se modifica, e a exploração do capital sobre a força de trabalho, e a fragmentação dos processos de trabalho resultam em alienação da classe trabalhadora.

Nesse sentido Iamamoto (2012) diz que:

> Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações de produção se alienam dos próprios homens, confrontando–os como potencias externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da auto- alienação humana. Resulta na progressiva reificação das categorias econômicas, cujas as origens se encontram na produção mercantil. O pensamento fetichista transforma as relações sociais, baseadas nos elementos materiais da riqueza, em atributos de coisas sociais (mercadorias) e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). Esse caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade na era do capital é potencializado na mundialização financeira e conduz a potenciação da exploração do trabalho a sua invisibilidade e a radicalização do séquito de suas desigualdades e lutas contra as elas consubstanciadas na questão social, aprofundando as fraturas que se encontram na base da crise do capital (IAMAMOTO,2012, p.48- 49).

E de acordo com Marx (2014), o trabalho que era inerente ao homem como algo transformador, pois é dotado de racionalidade, passou a ser uma mera mercadoria, e quem detém o poder, compra a força de trabalho, além disso, quanto maior a quantidade de mercadoria produzida, mais pobre fica quem a faz, a atividade do criador se iguala ao preço de sua criação.

Marx (2014) ainda continua dizendo que há uma estranheza cada vez maior do homem com seu trabalho, pois o trabalho está cada vez mais mecanizado e fragmentado, e ao final quem o produziu não se reconhece nele, ele não se sente parte de seu produto.

Nesse sentido Marx (2014) também destaca que o trabalho estranhado ele perde seu humano genérico, pois este passa a ser somente um meio de sua subsistência e não como parte da essência do ser humano, o trabalho deixa de ser prazeroso e transformador para se constituir algo fora do sujeito, ou seja, uma obrigação, que se faz apenas como meio de sobrevivência.

Portanto para Marx (2014) o significado do trabalho no modo de produção capitalista tem tido estes traços como resultados da alienação, e isto afeta a vida do homem como todo, mas principalmente na vida da classe trabalhadora, pois vende a sua força de trabalho, portanto sente estas mudanças cada vez mais presentes no dia-dia,

nesse sentido no próximo capítulo estudaremos estas mudanças que afetou e continua afetando o trabalho, o processo de reestruturação produtiva em toda esfera do trabalho.

2.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO

Neste capitulo dissertaremos sobre o processo reestruturação produtiva ocorrida na década de 1970, nos países capitalistas, buscando elencar quais maneiras estas mudanças afetaram o trabalho, evidenciando suas principais consequências, sendo que:

Segundo Neves (1997) para compreendermos todas as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho é necessário levar em consideração todos os movimentos nas relações estabelecidas na sociedade, e de todos os acontecimentos que se processam socialmente.

Em outras palavras a autora nos diz que:

> [...] analisar o mundo do trabalho evidentemente é falar da sua relação com a sociedade. É nessa inter-relação - trabalho e sociedade, mundo do trabalho e relações sociais - que devem ser analisadas as transformações que vêm se processando nesse conjunto de situações. Evidentemente, falar do mundo do trabalho é falar de uma dinâmica própria, sem esquecer, entretanto, das mutações que ocorrem na sociedade e no mundo internacional como um todo (NEVES, 1997, p. 25).

Dessa forma para uma melhor compreensão a respeito de todas as transformações ocorridas pelo processo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho, faremos um breve resgate histórico sobre período que predominou o keneysianismo /fordismo[4], bem como o Welfare State,[5] também conhecido como estado de bem-estar social, que podemos considerar como crucial ou como cenário onde se desencadeou

---

[4] Segundo Behring e Boschetti (2011) este período "caracteriza –se por um intenso processo de monopolização do capital, pela intervenção do estado na economia e no livre movimento do mercado, constituindo-se oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas), e expande –se após a crise de 1929 -1932 e, sobretudo, após a segunda guerra mundial [...]. [...] Keynes e seus seguidores é a expressão intelectual sistemática das propostas de saída da profunda crise cujo ápice foram os anos de 1929 -1932, o que se combinou às mudanças intensas no mundo da produção, por meio do fordismo que também se generaliza n o pós-guerra, com novos produtos e processos de produção, e também por meio da indústria bélica, no contexto da guerra fria.

[5] Segundo Behring e Boschetti (2011), O welfare state, refere-se ao período de estado de bem-estar social ou 30 "anos gloriosos", que se caracterizou "por uma forte expansão, com taxas de lucros altas e ganhos de produtividade para as empresas, políticas sociais para os trabalhadores" (BEHRING e BOSCHETTI 2011.p,82). Sendo o estado produtor e regulador das políticas sociais, bem como arbitrário na relação capital e trabalho.

mudanças que repercutiram em todo mundo do trabalho. E logo em seguida a esta discussão abordaremos o próprio processo de reestruturação produtiva e suas principais implicações para o mundo do trabalho.

Nesse sentido, de acordo Harvey (2013) foi durante o período pós-guerra de 1945 a 1973, que o capitalismo alavancou o seu crescimento, se tornando expansivo, lucrativo e promissor, passando a exercer o controle sobre o trabalho as tecnologias, os hábitos de consumos e poder, sendo que o seu modelo de produção naquele período era denominado de fordista/keneysiano.

Modelo este de produção que segundo Netto e Braz (2007) foi desenvolvido por Henry Ford (1863-1947), que viu seu modo de produção fordista sendo usado primeiramente na indústria automobilística, mas logo ganhou aceitação pelos detentores dos meios de produção, e assim se expandiu também no setor industrial, se tornando um padrão universal.

Meio de produção este, que de acordo com Harvey (2013) apresentou um diferencial e fez com que a sua forma de se produzir mercadorias fosse aceito pelos capitalistas, ou seja, foi sua visão na divisão do trabalho na cronometragem do tempo, no controle da gerência, na racionalização, em resumo, em sua visão de que uma produção em massa significaria um consumo também em massa, sendo que esta visão que diferenciava o seu modelo fordista do taylorismo[6],visto que o fordismo de Ford não era algo assim tão novo, pois alguns estudiosos já haviam fornecido bases para esse modelo, um deles foi, Frederick Winslow Taylor, com o princípio da administração cientifica, além disso aspectos e inovações de seu modelo de produção fordista já eram pré-estabelecidas, porém a sua visão fez com que agregassem estes fatores dando molde ao fordismo.

Segundo Navarro e Padilha (2007, p 17):

> O taylorismo não promoveu mudanças importantes na base técnica do processo de trabalho, sua preocupação foi com o desenvolvimento dos métodos e organização do trabalho. Ele aprofundou a divisão do trabalho introduzida pelo sistema de fábrica, assegurando definitivamente o controle do tempo do trabalhador pela gerência, o que significou uma separação extrema entre concepção e execução do trabalho.

Sendo assim Antunes (2000) definiu o fordismo como:

---

[6] Segundo Harvey (2013) o taylorismo é resultado das ideias de Frederick Winslow Taylor que explicou o princípio da administração cientifica e que acabou sendo utilizada por Ford ajudando moldar o modo de produção fordista.

> [...] a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronometro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição /consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 2000, p. 25).

Para Antunes (2000) além destas características Já apresentadas, o modo de produção fordista com a sua consolidação trouxe consigo também uma maior exploração da classe que vive do trabalho, devido à grande extensão da jornada de trabalho imposta aos trabalhadores, além de uma apropriação dos detentores dos meios de produção da mais valia produzida, além disso essa maneira de produção desencadeou um processo de alienação do trabalhador nas suas tarefas, devido a fragmentação dos processos de produção, tornando o trabalho cada vez mais mecanizados e repetitivos, visto que a dimensão intelectual do trabalho quem se apropriava era a gerencia, e o trabalhador não se identificava com sua obra final.

Tanto que Navarro e Padilha (2007.p 17) aponta que:

> A história registra, [...] uma significativa resistência operária ao fordismo, uma vez que os trabalhadores sentiram a perda de seu savoir-faire e sentiram o peso de um trabalho puramente mecanizado, rotinizado, gerando um alto índice de absenteísmo, aumento de paralisações sabotagens. Em contraposição, houve considerável aumento de salário para amenizar temporariamente os problemas com a força de trabalho.

Behring e Boschetti (2011) também acrescenta dizendo, que o período de desenvolvimento do fordismo, ficou denominado de fordista\keneysiano, porque as ideias de John Maynard Keynes[7] ganharam visibilidade na época e juntamente com o fordismo de Ford se configurou como a saída para a crise que o capital estava

---

[7] Preocupado em compreender a crise de 1929 e em encontrar respostas para ela John Maynard Keynes (1883-1946), em seu clássico livro Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, publicado em 1936, defendeu a intervenção estatal com vistas a reativar a produção. Ele se referia a uma maior intervenção do Estado na economia, em sintonia apenas do ponto de vista dos fundamentos econômicos, com as saídas pragmáticas do período-como vimos, o New Deal e o nazi-fascismo. Keynes cabe dizer, preocupava-se com saídas democráticas da crise, no que se afastava vigorosamente deste último projeto. Ele propugnava a mudança da relação do estado com o sistema produtivo e rompia parcialmente com os princípios do liberalismo. Na verdade, muitos buscavam arranjos institucionais, econômicos e políticos para ["acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições de sua própria reprodução"] (Harvey, 1993:124). Desse ponto de vista, Keynes é absolutamente sintonizado com o seu tempo, perseguindo portas de saída capitalistas para a crise do próprio capitalismo o estado com o keneysianismo, tornou –se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal conservadora da época (BEHRING e BOSCHETTI,2011 p.83 - 84).

atravessando e necessitava se reerguer, assim as ideias de Keynes era propicia, pois ele defendia a intervenção do Estado para garantir a reativação da economia, e juntos fizeram com que o capitalismo retomasse o seu crescimento novamente.

Harvey (2013) destaca algumas características deste momento de crescimento do capital e diz que:

> Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalista avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômicos. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crises foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intertecambialistas, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas (HARVEY, 2013, p.125).

As autoras Behring e Boschetti (2011), ainda continua ressaltando que com a retomada do crescimento do capitalismo nos países mais desenvolvidos instaurou um período de 30 anos de bem estar social , no qual ficou conhecido como “anos gloriosos”, nestes anos com o advento do fordismo o capital teve uma grande expansão, com a produção em massa, altas taxas de lucros para as empresas, e neste cenário, houve também uma grande expansão das políticas sociais direcionada aos trabalhadores, visto que neste período foi selado um pacto de “compromisso” entre o segmento do capital e a classe trabalhadora do setor monopolista, sendo que este acordo era sustentado e coordenado pelo Estado, e este passa a ser produtor e regulador de políticas sociais, sendo assim denominado de Estado de bem estar social ou Welfare State.

Por outro lado, para Behring e Boschetti (2011), apesar do investimento do Estado no campo social, não significou o seu rompimento com o capitalismo, pelo contrário era uma forma de contribuir com o crescimento do capitalismo, amenizar os impactos das lutas entre a classe trabalhadora e os detentores dos meios de produção.

Antunes (1999) acredita que este “pacto de compromisso” possuía um caráter meio ilusório visto que os sindicatos que representava a classe trabalhadora, ao mesmo tempo era representante do patronal, e o estado que se colocava como estado arbitral, zelava mesmo era pelos interesses do capital, além disso esse “pacto” deveria significar que os trabalhadores abandonariam de vez o seu projeto histórico de lutas contra o capital.

Além disso, segundo Harvey (2013) apesar de todo crescimento econômico alcançado pelo crescimento expansivo do capital e pelo estado provedor do social, os direitos e benefícios alcançados proveniente deste momento de bem estar social, não significa que se alcançou a todos, mas atendia apenas uma parcela da população, formando assim uma classe de excluídos destes direitos, contradizendo ao que se esperava deste grande desenvolvimento vindo da produção em massa, é que a população em massa também tivesse acesso aos bens produzidos.

No entanto se constatou que não alcançou, logo se conclui que a riqueza que se produzia se acumulava nas mãos de poucos e o crescimento não envolveu a todos, trazendo desconforto principalmente para uma parcela da classe trabalhadora que não tinha acesso a seus direitos, e devido a este impasse o Estado começou a ser pressionado, resultado das diversas reivindicações por parte da classe trabalhadora em exclusão da riqueza material produzida, visto que este descontentamento culminou em pressão aos sindicatos a exercer novamente o seu papel, ou seja, de reivindicar os direitos da classe trabalhadora, passando a pressionar o Estado a cumprir com suas obrigações de provedor (Harvey, 2013).

Ainda segundo Harvey(2013) este Estado denominado de bem estar social até então vigente, diante de todas as evidencias de fracasso começou a sofrer terríveis críticas e em 1973 juntamente com o padrão de acumulação fordista começou a dar sinais de crise, sendo conhecida de crise da superprodução, pois a lei da oferta era maior que a procura, visto que as mercadorias produzidas eram bens duráveis, e sua vida útil eram longas inibindo a necessidade de trocas constantes destas mercadorias , além disso nem todos tinham acesso , dando vazão a um mercado cheio, que não consumia tudo que se produzia, gerando uma superprodução de mercadorias e isto se configurou como um dos fatores que culminou na crise do capitalismo.

Pois para Antunes (1999, p.29) a crise que se abateu ao capital não foi só da produção, mas possuía uma dimensão mais profunda como ele coloca a seguir.

> O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital) dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava.

Além disso, Antunes (1999) continua dizendo que a crise tinha dimensão estrutural, ou seja, de todo sistema capitalista, em outras palavras envolvia desde o modo de

produção, a decrescente taxa de lucros, e até a própria lógica do capital, dentre outros. Ele ainda acredita que o ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho e o transbordamento da luta de classe foram cruciais para que o modelo de produção fordista chegasse ao seu fim. E neste cenário de declínio, que o capital começa a buscar novas formas para superação de sua crise, e a forma encontrada foi instaurando o processo de reestruturação produtiva.

Mas ainda assim de acordo com Antunes (1999) entender o que veio a culminar na crise estrutural do capital, o fim do fordismo e consequentemente o processo de reestruturação produtiva é uma tarefa muito complexa uma vez que:

> [...]nesse período ocorreram mutações intensas, econômicas, sociais, políticas, ideológicas, com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da classe-que-vive do trabalho mutações de ordens diversas e que, no seu conjunto tiveram forte impacto. Essa crise estrutural fez com que entre tantas outras consequências, fosse implementado um amplo processo de reestruturação produtiva do capital com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo [...] (ANTUNES,1999 p.35-36).

Nesse sentido Behring citado por Behring e Boschetti (2011) aponta alguns fatos que segundo ela tenha sido os elementos que culminou na crise estrutural do capital, vejamos:

> [...] foi propiciada, portanto, pelo encontro de: crises clássicas de superprodução, cujos os esforços de limitação por meio do credito perderam eficácia, em cada pequeno ciclo; contenção brusca dos rendimentos tecnológicos (poucas ou marginais invenções novas) crise do sistema imperialista(mesmo da dominação indireta dos países coloniais e Semi industrializados);crise social e política, nos países imperialistas com ascensão das lutas (a exemplo da greve dos mineiros na Inglaterra no início dos anos 1980),em função do início das políticas de austeridade; crise de credibilidade do capitalismo, enquanto sistema capaz de garantir o pleno emprego, o nível de vida e as liberdades democrática(BEHRING apud BEHRING;BOSCHETTI,2011,p.116).

Além disso, Antunes na introdução da obra de István Mészáros (2011, p.13) pontua dizendo que:

> [...] o quadro de crise estrutural e sistêmica tem outro componente vital, dado pela corrosão do trabalho. Depois da intensificação do quadro crítico nos Estados Unidos e demais países capitalistas centrais, estamos presenciando profundas repercussões no mundo do trabalho em escala global. No meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no século XX- resultado de uma secular luta operária por direitos sociais – que está sendo substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo” “cooperativismo”, “trabalho voluntário”,” trabalho atípico”, formas que oscilam entre super exploração e a própria auto exploração do trabalho , sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. Isso sem falar na explosão do desemprego que atinge enormes contingentes de trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais

> ou informais, nativos ou imigrantes, considerando que estes últimos são os primeiros a serem mais fortemente penalizados.

Netto e Braz (2007) também trazem alguns apontamentos que segundo eles resultou na crise do sistema capitalista, sendo que para eles o capitalismo democrático tinha uma idealização de que as ondas de expansão e de altas taxas de lucros iriam sempre se manter em crescimento sendo que:

> Essa idealização da dinâmica capitalista procurava justificar –se a partir do acumulo que vinha do período posterior a derrota do fascismo, da reconstrução que se seguiu a segunda guerra mundial, quando se traçaram novas linhas de convivência política e econômica para o mundo que surgia das ruinas da maior tragédia do século XX e que envolviam novas instituições –na política , a organização das nações unidas /ONU; no plano econômico , com os acordos de Bretton Woods , o banco mundial /BM e o fundo monetário internacional /FMI (NETTO; BRAZ, 2007 p. 212).

No entanto chega um determinado momento, que a idealização deste capitalismo estável começa a apresentar sinais de crise, pois:

> [...] A onda longa expansiva esgotou- se. A taxa de lucro, rapidamente começou a declinar entre 1968 e 1973, ela cai na Alemanha ocidental [...] na Grã-Bretanha[...] na Itália[...] nos Estados unidos e no Japão[...]. Também o crescimento econômico se reduziu: nenhum país capitalista central conseguiu manter as taxas do período anterior. Entre 1971 e 1973, dois detonadores anunciaram que a ilusão do “capitalismo democrático” chegava ao fim: o colapso do ordenamento financeiro mundial, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro (rompendo, pois, com os acordos de Bretton Woods, que após a segunda guerra mundial, convencionaram o padrão –ouro como lastro para o comércio internacional e a conversibilidade do dólar em ouro) e o choque do petróleo , com a alta dos preços determinada pela organização dos países exportadores de petróleo/OPEP (NETTO; BRAZ, 2007, p. 213).

E para Harvey (2013) como o capitalismo é orientado para uma lógica de crescimento, logo a crise significa uma regressão do seu fluxo produtivo, e quando isto ocorre, o capital tende a criar novas formas e estratégias para que o seu crescimento volte a se reestabelecer, mesmo que isto signifique trazer mudanças e consequências drásticas para as esferas políticas, sociais geopolíticas e ecológicas.

De acordo Antunes (1999) apesar da crise estrutural do capital ter tido raízes mais profundas, o capitalismo resolveu tratá-la superficialmente, ou seja, reestruturando o padrão produtivo o fordismo/taylorismo ao invés de alterar as bases reais do capitalismo, em outras palavras o autor diz que:

> Como resposta à sua própria crise, iniciou–se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação , cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo , com a privatização do estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal ,da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação produtiva e do trabalho , com vistas a dotar o capital do

> instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores(ANTUNES,1999, p.31).

Nesse sentido Antunes (1999) diz que durante a instauração do processo de reestruturação produtiva que o capitalismo se opunha cada vez mais contra as efervescentes lutas sociais que se levantava questionando os pilares dos mecanismos de dominação social, ao mesmo tempo em que o capital, buscava a todo custo recuperar a sua hegemonia e seu projeto societal de dominação, e para este fim começou a explorar o subjetivismo da classe dominada, com a disseminação da apologia exacerbada ao individualismo.

E sobre este período Netto e Braz (2007) também descreve que a produção rígida típica do fordismo, foi substituída pelo toyotismo/acumulação flexível, porém com resquícios do fordismo, pois a produção continuou por escala, porém com um diferencial, nos moldes flexíveis a mercadoria é feita para atender diferentes particularidades, ou seja, é produzida de acordo com as demandas diferenciadas ao contrário do fordismo que a produção seguia uma padronização.

Ainda segundo Antunes (2000) esse novo modelo de produção se divergia do fordismo pelo fato de ser um formato de produção flexibilizada utilizada para atender diferentes necessidades, com mão de obra polivalente, um formato cada vez mais flexível e ao mesmo tempo controlador dos padrões de qualidade, estoque ajustado etc.

Os autores Netto e Braz (2007) também apontam outra característica deste momento, segundo ele há uma expansão das unidades produtivas de mercadorias para outros espaços principalmente para os países subdesenvolvidos, se divergindo do fordismo que a produção era concentrada nos países desenvolvidos. E estas mudanças ocorridas foram estratégias do próprio capital, visto que nos lugares subdesenvolvidos não havia luta sindical e nem tão pouco legislações para a proteção do trabalhador, além disso a mão de obra da classe trabalhadora era barata possibilitando uma maior exploração da força de trabalho, resultando em acúmulo maior de mais valia para o capital.

Netto e Braz (2007) também diz que:

> Uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnicos-científicos, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo. Muito especialmente, a introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos nos circuitos produtivos vem alterando os processos de trabalho e

> afetando fortemente o contingente de trabalhadores ligados a produção .O impacto desse desenvolvimento das forças produtivas é de tal ordem que alguns pesquisadores chegam ao ponto de mencionar uma “terceira revolução industrial” ou ainda ,uma revolução informacional- de fato, a base produtiva vem se deslocando rapidamente dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos.(NETTO;BRAZ,2007,p.216)

Harvey citado por Antunes (1999) faz uma síntese sobre a acumulação flexível e:

> [...] nos diz que essa fase da produção é “marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza–se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços “, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidos...” (HARVEY apud ANTUNES ,1999, p.29).

Harvey (2013) também aponta que o processo de flexibilização permitiu uma maior rapidez nas tomadas de decisões nos diferentes setores sejam eles privados ou não, pela facilidade de trocas de informações via satélite, resultando em um maior controle e fortes pressões por parte dos empregadores sobre seus empregados, visto que a classe trabalhadora estava apresentando sinais de enfraquecimento frente o grande aumento de desemprego nos países de capitalismo avançado, sendo que:

> O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito especificas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como “noves dias corridos’’ ou jornadas de trabalho que tem em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de redução da demanda, vem, se tornando muito mais comuns. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY,2013, p.143)

O autor Antunes (2000) em sua obra Adeus ao trabalho? fala sobre o modelo japonês o toyotismo pois ele ganha visibilidade com a reestruturação produtiva, pois seu modo de produção é moldado na flexibilização portanto está intrinsecamente ligado a esta revolução e reestruturação do trabalho e que trouxe graves consequências para o mundo do trabalho, um modelo criado inicialmente no Japão mas que depois se expandiu mundialmente e que predomina até no mundo contemporâneo e causou uma revolução técnica no mundo do trabalho, além de ter sido o responsável por

grandes derrotas sindicalistas, o toyotismo tem as características dentro dos moldes flexíveis que acabam trazendo consequências e exploração para a classe que vive do trabalho. Vejamos alguns de seus traços:

> Ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário (ANTUNES,2000, p.34).

Ainda de acordo com Coriat (1994, p. 24) citado por Navarro e Padilha (2007, p. 18):

> O sistema Toyota, ou o Ohnismo,6 "constitui um conjunto de inovações organizacionais cuja importância é comparável ao que foram em suas épocas as inovações organizacionais trazidas pelo taylorismo e pelo fordismo". O objetivo maior de seu método é produzir a baixos custos pequenas séries de produtos variados. Um dos primeiros problemas de Ohno, no início de seu empreendimento, foi a questão dos estoques, visto que o Japão não é um país que dispõe de vastos espaços como os Estados Unidos. Segundo Coriat, duas descobertas nascem a partir desse problema: a "fábrica mínima" e a "administração pelos olhos". A primeira está relacionada com o fato de que atrás do estoque há um "excesso de pessoal", o que leva à conclusão de que se o estoque é permanente, há por detrás dele um excesso de equipamento.

Ainda segundo Navarro e Padilha (2007, p.18):

> Outra característica do modelo japonês bastante difundida no meio empresarial e, em parte do meio acadêmico, diz respeito à qualificação do trabalhador. Contrariamente ao operário do taylorismo/fordismo que desempenhava tarefas altamente simplificadas, repetitivas, monótonas e embrutecedoras, o trabalhador no toyotismo, estaria transformando em um trabalhador "altamente qualificado", "polivalente" "multiprofissional". Na prática, várias pesquisas demonstram que estas mudanças, de forma geral, ao invés de qualificar o trabalhador o sobrecarrega com mais trabalho. O que se observa é que o toyotismo mantém as formas objetivas de exploração do trabalho e amplia as formas subjetivas desta exploração.

Além disso, de acordo com Antunes (2000) este modo de produção apresentou as seguintes características:

Processo flexível; com um operário operando várias maquinas; polivalência do trabalhador; o trabalho passa a ser realizado em equipe; o melhor aproveitamento do tempo de produção; flexibilização da organização do trabalho; maior exploração do trabalhador; Just in time [8]; flexibilização subcontratação; círculo de controle de qualidade (CCQ), controle de qualidade total; eliminação do desperdício; "gerencia participativa"; sindicalismo de empresa; dentre outros elementos.

Sendo que para Harvey (2013) estas transformações resultantes da reestruturação produtiva trouxeram consequências drásticas para o mundo do trabalho como todo,

[8] O Just in time evidenciado por Antunes (2000) significa hora certa, é muito utilizado no modo de produção do toyotismo que para o autor se aplica muito aos estoques, ou seja, nada fica parado em estoque, a produção é de acordo com a demanda e não ao contrário, sendo assim tudo é feito no momento exato.

mas principalmente para a classe trabalhadora que dia a dia sente estas mudanças e constantemente é desafiado a se adaptar na maior parte das vezes sem direito de escolhas de outras possibilidades.

Harvey (2013) pontua mais dizendo que dentre as múltiplas consequenciais trazida por estas mudanças no trabalho está também à diminuição de trabalhadores em tempo integral que a cada dia vem sendo reduzido, deixa de ter segurança e instabilidade causando uma aceitação mesmo que forçada de exploração por parte de seu em pregador além de uma erosão nos direitos trabalhistas.

Visto que essa crescente redução de trabalhadores de tempo integral estável está sendo substituída por uma gama de trabalhadores desprovido de estabilidade e segurança com contratos temporários que a qualquer momento pode ser substituído, com isso há um grande aumento de rotatividade nas empresas e subcontratações (HARVEY, 2013).

Para o autor houve também um grande aumento de adesão de mulheres no mercado de trabalho, mas isto em condições de contratos flexíveis e consequentemente uma maior exploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo a balança diminuiu para homens em condições estáveis no mercado de trabalho (HARVEY, 2013).

Para Harvey (2013) estas mudanças ocorridas tiveram também fortes influencias sobre os sindicatos que diante das precárias condições de trabalho da classe trabalhadora, sem nenhuma segurança e estabilidade e em contratos flexíveis, está cada vez mais vulnerável e heterogênea respingando nos sindicatos.

A classe trabalhadora diante da precarização do trabalho e competitividade e pelo significativo número de trabalhadores reservas, e a busca constante do mercado por profissional cada vez mais capacitado e polivalente é desafiada a todo tempo a se qualificar afim de atender o mercado competitivo onde: “O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas” (HARVEY, 2013, p. 151).

Segundo Behring e Boschetti (2011) outro fator que a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho têm causado são reconfigurações nas políticas sociais, ou seja, um crescimento dessas políticas sociais em vários lugares, mas esta expansão se deve a todas as mazelas que o capitalismo tem trazido para o mundo do

trabalho, se por um lado isto significa um avanço no campo social, por outro significa que as consequências do sistema capitalista têm alcançado em escala cada vez maior, formando um grande contingente de excluídos que sofrem duplamente com exclusão do sistema e pela dependência de políticas focalizadas e seletivas, que quando se tem acesso supre minimante as necessidades básicas e que não garante muitas vezes a emancipação dos indivíduos, causando na maior parte uma grande dependência dessas políticas sociais.

E segundo Antunes (2000) apesar de todas essas mazelas que o sistema capitalista tem trazido para o mundo em geral ele segue a sua lógica de acumulação prova disto é no cenário contemporâneo, nas últimas duas décadas a sociedade tem presenciado principalmente a classe trabalhadora as consequências e desafios que são reflexos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, e o que mais se percebe é a precarização dos processos de trabalho, além de um desemprego maciço e uma degradação da natureza sem precedestes e tudo isto só pela lógica de acumulação do capital.

Nesse sentido Coutinho, Krawulsky e Soares (2007) também pontua dizendo que todas estas mudanças impactaram decisivamente o mundo do trabalho, bem como a classe trabalhadora como um todo, que sofrem com a precarização dos processos de trabalho com o grande aumento do desemprego, dentre outras consequências.

Antunes (2000) destaca mais algumas consequências que tem fortemente atingido o trabalho e consequentemente a classe que vive do trabalho, dentre elas a diminuição do proletariado fabril; um enorme contingente de subproletariado fabril mais conhecidos como trabalho precarizados, ou, sejas os terceirizados, subcontratados, par- time; um grande aumento de mulheres no mercado de trabalho que ultrapassa mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, trabalhos em condições desregulamentadas e precarizadas; incremento dos assalariados médios e de serviços; exclusão dos jovens e dos velhos no mercado de trabalho dos países centrais; inclusão precoce e criminosa e exploração do trabalho infantil principalmente nos países subordinados e da industrialização intermediaria; expansão do trabalho combinado, resultando na precarização mais intensificada, sendo que:

> [...], a classe fragmentou–se, heterogenizou-se e complexificou–se ainda mais [...]. Tornou-se mais qualificada em vários setores, como na siderurgia onde houve uma relativa intelectualização do trabalho, mas desqualificou–se e precarizou–se em diversos ramos, como na indústria automobilística, onde

> o ferramenteiro não tem mais a mesma importância, sem falar na redução dos inspetores de qualidade, dos gráficos, dos mineiros, dos portuários, dos trabalhadores da construção naval etc. Criou se, de um lado em escala minoritária o trabalhador “polivalente e multifuncional “da era informacional, capaz de operar maquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação que está presenciando as formas de part - time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural (ANTUNES,2000, p.170).

Nesse sentido diante das diversas colocações dos autores citados acima podemos constatar que o capitalismo é dotado de múltiplas contradições visto que ao mesmo tempo ele enriquece uns ele oprime e explora outros, tudo isso para sua lógica societal de crescimento e acúmulo de lucros, mesmo que isto signifique a destruição da natureza e opressão da classe menos favorecida.

Além disso, Navarro e Padilha (2007) diz que:

> As metamorfoses do trabalho ferem não só os direitos e a subjetividade do trabalhador, com também suas formas de organização na luta contra o capital. Conforme afirma Antunes (1997, p. 72), desde os anos 1980, o sindicalismo vem-se configurando como um sindicalismo “de negociação” que aceita a ordem do capital e do mercado, que abandona a luta pelo socialismo e pela emancipação e que debate “no universo da agenda e do ideário neoliberal” (NAVARRO; PADILHA, 2007, p. 19).

Sendo assim se conclui que ao longo da existência do capitalismo a reestruturação produtiva foi uma de suas formas mais marcantes de se reerguer da crise, pois trouxe consequências para classe que vive do trabalho de uma forma globalizada, e seus traços se perpetua desde o seu surgimento nos países desenvolvidos e com sua expansão para os demais países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil que mais tardiamente com o advento do neoliberalismo passa por este processo de reestruturação que impactam o trabalho no país, desde o momento de sua ocorrência até a atualidade e é sobre este assunto que falaremos no próximo capitulo, ou seja, o neoliberalismo e o processo de reestruturação produtiva no Brasil e buscaremos explicitar como e em que período ocorreram a reestruturação produtiva no país para que assim possamos traçar um caminho que nos leve a responder o nosso objetivo principal de nossa pesquisa.

2.3 NEOLIBERALISMO

Neste capitulo discutiremos sobre o neoliberalismo e sobre o processo de reestruturação produtiva no Brasil, sendo que abordaremos o neoliberalismo em um

contexto geral, e posteriormente discutiremos o processo de reestruturação produtiva no país, buscando apreender suas principais implicações para o trabalho.

Nesse sentido, segundo Soares (2002) o sistema capitalista passou por uma forte crise no século XX, e posteriormente a esta crise, mais precisamente quarenta anos depois, na década de 1970 a economia mundial torna novamente a entrar em crise, sendo que ela se inicia nos países de capitalismo avançado e logo após se propaga aos países subdesenvolvidos, crise essa que perpetuou até o início dos anos 80 e trouxe consigo consequências e desequilíbrios nas áreas, econômica, financeira e na produtividade de um modo generalizado, sendo que:

> A crise financeira e do comercio internacional e a inflação crônica associada ao baixo crescimento econômico (dando origem a um novo fenômeno chamado de estagflação) são manifestações mais importantes dessa crise global. O caráter produtivo da crise é atribuído às mudanças no paradigma tecnológico, que passam a ser chamadas de" terceira revolução industrial". Os impactos e consequências da crise, bem como as soluções para seu combate, além das determinações mais gerais dada pela própria etapa de desenvolvimento do capitalismo, diferenciam-se entre os países pela inserção internacional de suas economias e pelos particulares desenvolvimentos históricos, que determinam respostas sociais e políticas especificas. É o avanço do capitalismo, portanto – através do aumento da rivalidade entre suas corporações gigantes, "solidarizando" os espaços econômicos nacionais, homoneizando os padrões de produção e consumo e introduzindo profundas diferenças sociais nas áreas de penetração recente -, que determina a tão propalada decadência do "estatismo". Ou seja, o intenso processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivos e da tendência à unificação monetária e financeira que o acompanharam, levou a uma perda considerável da autonomia dos estados nacionais, reduzindo o espaço e a eficácia de suas políticas econômicas e demonstrando a precarização de suas políticas sociais (SOARES, 2002, p.12).

De acordo Laurell (1997) esta crise do capital se constituiu como marco inicial para ascensão de uma política–ideológica, levantada por uma nova posição de direita que estava em ascendência, sendo assim:

> O seu muito oportuno discurso – fundamentado no pensamento de Hayek, Friedman, os teóricos de public choice etc.—proporciona uma explicação para a crise e uma proposta para sair dela. Sua explicação parte do postulado de que o mercado é o melhor mecanismo dos recursos econômicos e da satisfação das necessidades dos indivíduos. De onde se conclui que todos os processos que apresentam obstáculos, controlam ou suprimem o livre jogo das forças do mercado terão efeitos negativos sobre a economia, o bem-estar e a liberdade dos indivíduos (LAURELL, 1997. p. 161).

Soares (2002), também aponta que a crise:

> [...] levou economistas, ideólogos e políticos a lançarem mão do velho ideário do liberalismo econômico, constituindo-se num movimento intitulado de "retorno à ortodoxia", que deu origem às teses monetaristas e neoliberais que passam a nortear as políticas de boa parte do mundo a partir do final da década de 70. Trata–se de uma crise global de um modelo social de acumulação, cujas tentativas de resolução têm produzido transformações

> estruturais que dão lugar a um modelo diferente – denominado de neoliberal – que inclui (por definição) a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e consequentemente, uma "nova" pobreza (SOARES, 2002, p.12).

Segundo Malaguti, Carcanholo e Carcanholo (2000), o neoliberalismo além de suas consequências mais comuns apresenta outras que são denominadas de complementares que são:

> O individualismo e o egoísmo exacerbados. Estes são fenômenos perversos que "conquistam" pessoas de todas as idades, reproduzindo-se e difundindo-se por uma espécie de mecanismo automático, por um tipo de inércia "geracional" (MALAGUTI; CARCANHOLO; CARCANHOLO,2000, p. 8).

Sendo assim Anderson (1995) definiu o neoliberalismo como:

> [...] fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II guerra mundial, na Europa e da américa do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica veemente contra o estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é o caminho da servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do estado, denunciadas como ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o partido trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral em 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: "apesar de suas boas intenções, a social- democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna" (ANDERSON, 1995, p. 9).

Ainda segundo Anderson (1995) o neoliberalismo veio no intuito de combater o keneysianismo[9], que naquele período estava em vigor, e as ideias neoliberais vem justamente para preparar uma outra forma de capitalismo, um tipo este, sem apoio ao solidarismo e sem intervenção e nem regulação do estado no mercado. No entanto em seu momento inicial não obteve muito êxito principalmente em relação a não intervenção do Estado no mercado, visto que os capitalistas daquele período não almejavam mudanças na sua estrutura, pois o capitalismo naquele momento experimentava um índice alto de crescimento, com o advento do fordismo e o início do período dos 30 anos gloriosos, ou o chamado de estado de bem estar social ou (Welfare State), então estes ideais neoliberais não eram bem aceitos neste momento apesar de seus, "avisos [...] dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado (ANDERSON, 1995, p. 10). Por outro lado, a crítica

[9] Segundo Behring e Boschetti (2011) este período era denominado de Keneysianismo devido, ideias de John Maynard Keynes que estavam em evidencia naquele período, e defendia a intervenção do Estado no mercado e no social.

neoliberal ao estado regulador e provedor do social naquele momento consegue um crédito com uma maior proporção.

> Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo- na realidade imprescindível em si – pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos. (ANDERSON, 1995, p. 10).

Para o autor Anderson (1995), enquanto o capitalismo estava em alta e o Estado de bem estar social estava funcionando bem, as ideias neoliberais estavam só na teoria, mas a partir da recessão do capitalismo por volta do início dos anos 70, o que era só uma teoria começa a ganhar espaço e terreno, para sua concretização, e uma de suas principais medidas naquele momento era intervir no poder dos sindicatos, e no movimento operário, pois para os neoliberais a causa da crise estava no poder excessivo dos sindicatos, que exercia forte pressão ao estado movido pelo movimento operário, fazendo com que o estado investisse muito no social, e por outro lado fazendo com que o lucros dos capitalistas diminuíssem, além disso o índice inflacionário era cada vez mais elevado culminando assim em uma crise econômica do capital em todo sistema capitalista.

Nesse sentido para eles:

> O remédio, então era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com um estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retomaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos (ANDERSON, 1995. p.11).

Nesse sentido Laurell (1997), também expõe que os neoliberais são totalmente contra a intervenção estatal no mercado, pois em sua visão a intromissão do estado traz consigo consequências para o desenvolvimento da economia como todo, pois afeta a produtividade, desestimula os investidores e os trabalhadores, paralisa a classe pobre

com políticas sociais, ou seja, os desestimulando de “correr atrás” para conquistar os seus bens materiais de sua sobrevivência, com seus próprios méritos, além de não erradicar a pobreza, “em resumo, é uma violação à liberdade econômica, moral e política, que só o capitalismo liberal pode garantir”(LAURELL, 1997, p. 162).

Além disso a autora Laurell (1997) também aponta que sob o ponto de vista liberal:

> [...] a solução da crise consiste em reconstituir o mercado, a competição e o individualismo. Isto significa, por um lado, eliminar a intervenção do Estado na economia, tanto nas funções de planejamento e condução como enquanto agente econômico direto, através da privatização e desregulamentação das atividades econômicas. [...] funções relacionadas com o bem-estar devem ser reduzidas. [...] a competição e o individualismo só se constituiriam como forças desagregando os grupos organizados, desativando os mecanismos de negociação de seus interesses coletivos e eliminando os seus direitos adquiridos. [...]. Apesar de todo esse antiestatismo, os neoliberais querem um estado forte, capaz de garantir um marco legal adequado para se criarem as condições propicias à expansão do mercado. No campo especifico do bem – estar social, os neoliberais sustentam que ele pertence ao âmbito privado , e que as suas fontes “naturais” são a família , a comunidade e os serviços privados.[...] o Estado só deve intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir serviços que os privados não podem ou não querem produzir , além daqueles que são , a rigor ,de apropriação coletiva.[...] para se ter acesso aos benefícios dos programas públicos , deve –se comprovar a condição de indigência.[...] o neoliberalismo opõe –se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade (LAURELL,1997, p. 162-163).

A autora também aponta algumas estratégias, que os neoliberais gostariam de implantar, “para reduzir a ação estatal no terreno do bem-estar social” (LAURELL, 1997, p.163) que são:

> A privatização do financiamento e da produção dos serviços; cortes dos gastos sociais, eliminando –se programas e reduzindo-se benefícios; canalização dos gastos para os grupos carentes; e a descentralização em nível local (LAURELL,1997, p.163).

Portanto diante de todas estas características apresentadas a respeito do neoliberalismo, Laurell (1997), aponta que o seu objetivo a alcançar, com todas as suas idealizações era construir um novo modelo de acumulação de capital, onde a riqueza voltasse a se concentrar nas mãos do grande capital dos países centrais ou os maiores capitalistas e isto só seria possível com sua disseminação, fato que chega um momento que se concretiza, e a forma que canalizou isto, foi o processo de globalização mundial.

> A globalização é a mundialização do capital, tanto do capital financeiro, quanto do capital industrial. O poder ideológico e político da grande burguesia financeira globalizada contribui para a formatação do mundo do trabalho por meio do imperativo de alterações na legislação trabalhista em todos os países capitalistas. Há cerca de trinta anos os tônus discursivos dominantes é o mesmo: flexibilização, desregulamentação e empregabilidade. Além disso,

> coloca-se o imperativo de alterações na subjetividade político-sindical com a disseminação das ideologias neocorporativas da concertação e da colaboração de classe. Nunca o poder da ideologia foi tão intenso, buscando adequar "corações e mentes" à nova etapa da acumulação flexível. Enfim, estamos lidando com uma ofensiva global do capital corporativo que busca adequar o mundo do trabalho às novas exigências da valorização em crise, com apoio explícito de governos e tecnoburocracias mundiais. Enquanto a resistência dos trabalhadores do mundo ainda se limita, em geral, às fronteiras nacionais, o capital como agente da civilização das mercadorias e das finanças, atua como uma verdadeira Internacional do mercado universal (ALVES, 2007, p. 278).

Ainda sobre o neoliberalismo segundo Anderson (1995) este não se consolidou logo no seu surgimento, ou seja, levou um tempo para que ganhasse aceitação e se tornasse um projeto hegemônico e começasse a ser de fato implantado por alguns países, mas que posteriormente teve uma repercussão mundialmente isto graças ao processo de globalização que possibilitou a expansão do novo modelo que veio afirmando medidas que beneficiavam aos grandes e poderosos detentores do dinheiro e rechaça os direitos, adquiridos através de lutas da classe trabalhadora.

Logo, sobre o neoliberalismo, pode-se dizer, que é um projeto consolidado e que trouxe e continua trazendo na contemporaneidade consequências devastadoras para o trabalho e para a classe que vive do trabalho, e como não poderíamos deixar de citar a classe trabalhadora e toda sociedade do Brasil que vivem as consequências do neoliberalismo tão presentes, sendo que o neoliberalismo está intrinsecamente ligado ao processo de reestruturação produtiva no país, assunto que abordaremos no próximo sub item.

2.3.1 Reestruturação produtiva no Brasil e suas implicações no trabalho

Neste sub- item falaremos sobre o processo de reestruturação produtiva no Brasil e de que forma afetou o trabalho no país.

Apesar de já termos pontuado anteriormente em relação a crise do capital e sobre o neoliberalismo, no entanto para falar sobre o processo de reestruturação produtiva no Brasil recapitularemos alguns pontos que talvez já tenhamos explicitado, sendo assim segundo Alves(1988) com a crise estrutural do capital, instaurada nos anos de 1970, com o fim do padrão de acumulação fordista, juntamente com a crise da super produção o capital busca outros meios de superação da sua crise ou seja reestruturando a produção e juntamente com estas mudanças há um ressurgimento

das ideias liberais, mais agora denominada de neoliberais, ideias estas que a princípio se ergue nos países de capitalismo maduro[10], mas que posteriormente se expande para os países periféricos , como é o caso do Brasil, vejamos as palavras do autor a seguir:

> A partir da crise do capitalismo tardio, penetramos em um novo período histórico que denominamos de nova ofensiva do capital [...], cuja característica principal é dada pela articulação complexa entre reestruturação produtiva e política neoliberal" (ALVES, 1998, p. 110).

Nesse sentido Teixeira (1998) diz que o processo de reestruturação produtiva instaurada no Brasil teve como pano de fundo as ideologias liberais, agora denominada de neoliberais que se reergueu com o fim do fordismo a crise do capitalismo, ideias estas de que o estado deve poupar gastos, ou seja, a ideia do estado mínimo, o Estado não deve intervir na economia nem no social, mas deixar o que Adam Smith dizia que a economia se autorregulava[11], pela mão invisível do mercado.

Ainda sobre as ideias liberais, segundo Montaño e Duriguetto(2010), os liberais defendem que a intervenção em excesso do estado, é que resultou na ingovernabilidade e que levou a crise estrutural do capital, pois eles acreditam que a intervenção do Estado tira a liberdade dos indivíduos de buscar sua oportunidade de crescimento no mercado ou seja de competir igualmente , além disso eles questionavam o excesso de impostos e processos burocráticos imposto pelo estado, dizendo que isto desfavorecia o crescimento da economia além dos numerosos gastos no social, tudo isto contribuíra para o decrescimento do capital.

Ainda segundo Teixeira (1998) com a crise do fordismo as ideologias neoliberais ganham força e visibilidade, pois como alternativa de superação da crise estrutural do capital, o capitalismo instaura o processo de reestruturação, e o Estado de bem estar social chega ao fim, significando assim a concretização das ideologias neoliberais , o estado interventor e criador de políticas públicas e investimentos no social e mediador

---

[10] "O capitalismo tardio ou maduro caracteriza por um intenso processo de monopolização do capital, pela intervenção do Estado na economia e no livre mercado, constituindo-se oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas), e expande –se após a crise de 1929-1932 e, sobretudo, após a segunda guerra mundial" (BEHRING e Boschetti,2011, p. 82 e 83).

[11] Para Adam Smith, cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que asseguraria o bem-estar. É a "mão invisível" do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum. O predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais, contudo, só pode se realizar na condição de uma suposta ausência de intervenção estatal (BEHRING e BOSCHETTI,2011, p.56).

entre capital e trabalho, deixa de exercer esse papel, este tão criticado pelos liberais , em outras palavras o autor diz que:

> É nesse contexto de reestruturação produtiva que os liberais encontram munição para difundir sua doutrina e seus programas de política econômica. A crise do modelo fordista, cuja superação aponta para novas formas de produção, onde a flexibilização da produção e das relações entre Capital e trabalho passam a ser perseguidas por todas as empresas, cria as condições propicias para tanto (TEIXEIRA, 1998p. 215).

E sobre o processo de reestruturação produtiva no Brasil apesar de ter como pano de fundo as ideologias liberais Teixeira (1998) ressalta que no país apesar da intervenção e investimentos do Estado na economia o Brasil não experimentou o chamado estado de bem estar social como os países de capitalismo desenvolvido, pois todo o investimento do estado era no intuito de modernizá-lo no que tange o setor industrial pois até então o ele era um país com uma economia agroexportadora resquício do período colonial, nisso se pretendia que o país se industrializasse, por outro lado não tinha investimento por parte do mercado nesta finalidade, além disso a concentração de renda era enorme, ficando assim a mercê do estado todo o investimento em tecnologias para a modernização do país.

O autor Teixeira (1998) ainda continua destacando que este grande investimento do estado em modernizar o país fez com que, contraíssem várias dívidas externas comprometendo muitas vezes o Produto interno Bruto (PIB) nacional, e como consequência disso a economia era cada vez mais dependentes dos países desenvolvidos, além disso, o social ficava sempre em segundo plano ocasionando múltiplas expressões da questão social, principalmente nas áreas urbanas pelas crescentes migrações vinda da área rural, em busca de empregos devido a grande promessa de desenvolvimento do setor industrial, fatores estes que levou o país a passar por crises, pelo cenário vivido e pelas múltiplas dívidas adquiridas, e o estado sendo incapaz de inverter a situação, pois já não possuía fundos para tais investimentos por isto o país se arrastou em uma crise semelhante à ocorrida nos países centrais, dando brecha para que as ideias neoliberais também se propagasse pelo pais, sendo um dos fatores que se arrastariam pela história do país para que mais tarde resultasse no processo de reestruturação produtiva no país.

Para Alves (2000) o complexo processo de reestruturação produtiva que se instaurou no Brasil teve seu surgimento na década de 80, mas tem seu apogeu a partir da década de 90 pelo chamado neoliberalismo e que trouxe consigo consequências

drásticas para o mundo do trabalho, objetivamente quanto subjetivamente, tanto que o autor o classifica como novo e precário mundo do trabalho, visto que foi responsável pelas fragmentações de classes e consequentemente a crise do sindicalismo e a formação de práticas de sindicatos classistas.

Ainda segundo o autor o Brasil na sua história passou por três diferentes surtos de reestruturação produtiva, e dentre estes três surtos o terceiro foi o que mais trouxe consequências drásticas para o mundo do trabalho no país, portanto é a este terceiro que enfatizaremos neste capitulo, mas vejamos brevemente o que Alves (2000) coloca sobre estes três surtos de reestruturação no Brasil:

> Após 1945, surge o primeiro surto de reestruturação produtiva no Brasil, vinculado a instauração da grande indústria de perfil taylorista –fordista. Ele se desenvolve a partir de meados dos anos 50, no governo Kubitschek, representando a época do desenvolvimento. Depois, o segundo surto de reestruturação produtiva ocorre na época do "milagre brasileiro", na ditadura militar, na passagem para os anos 70. Na verdade, ele é decorrência dos impulsos da industrialização, constituídos em meados da década de 1950. Finalmente, o terceiro –e atual –surto de reestruturação produtiva vincula –se a época de crise do capitalismo brasileiro, com o predomínio de um novo padrão de acumulação capitalista –acumulação flexível – cujo "momento predominante" é o toyotismo. Ele ocorre a partir dos anos 80, impulsionando –se na década seguinte –os anos 90, sob a era neoliberal. É o que denominaremos novo complexo de reestruturação produtiva, sendo vinculado a terceira revolução industrial, a proliferação dos novos paradigmas de organização industrial (ALVES, 2000 p. 103).

Dessa maneira Marques e Ferreira (2010, p. 217) dizem que:

> A partir da década de 1980, tornou-se cada vez mais evidente o movimento realizado por muitos governos de reduzir sua participação enquanto regulador da economia e na definição de parâmetros mínimos do mercado de trabalho. Com base na existência de uma nova estrutura econômica mundial, agora "globalizada", diversas medidas foram tomadas no Brasil a partir do início dos anos 1990 com o objetivo de desregulamentar e flexibilizar o mercado e as relações de trabalho.

Alves (2000) ressalta que foi a partir da crise de 1981 que o país começa a passar pelo processo de reestruturação, pois estava atravessando um período difícil pelo acúmulo de dívidas externas e isto impedia que o país retomasse o crescimento no seu capital, com isto o país era cada vez mais pressionado pelos seus credores a aderir a todas as mudanças impostas pelo capital estrangeiro, portanto o Brasil acaba aderindo a tais mudanças, e neste período houve consequentemente um aumento da competitividade entre empresas, além disso, houve um aumento de exportações e uma diminuição de importações devido o saldo negativo já instaurado, diante disso as empresas eram obrigadas a buscar novos meios organizacionais e tecnológicos para enfrentamento da crise e da competitividade predominante, e neste cenário:

> A palavra-chave do discurso empresarial passou a ser qualidade, o que mostra aspectos qualitativos importantes da nova concorrência internacional. Instalou –se na ordem do dia a necessidade de elevar o nível de produtividade e eficiência. As análises da sociologia do trabalho ressaltaram, por exemplo, alterações nos "padrões tecnológicos e padrões de gestão da força de trabalho" na indústria brasileira, principalmente no complexo automotivo, ainda em caráter restrito e seletivo (ALVES, 2000, p. 120).

Ainda Segundo Alves(2000) neste período o Brasil vivia um dilema, pela pressão do Fundo Monetário Internacional(FMI) pela dívida externa, e obrigou o país a fazer grandes mudanças, ou seja, adotando uma política recessiva para que garantisse o pagamento dos encargos da dívida, sendo que estas mudanças afetaram principalmente o setor industrial, pois houve uma retração do mercado interno e consequentemente instala-se uma queda da produção, e a quantidade de importações também diminuíram e o país foi obrigado a abrir as portas para o mercado mundial, onde as empresas passaram a produzir maior parte para exportações.

> A retração do mercado interno, demonstrada pela queda do PIB, e a política de incentivo as exportações obrigaram cada vez mais, as indústrias de ponta, tais como a indústria automobilística (e a indústria de autopeças), a adotarem ainda de modo bastante restrito (e seletivo), mas persistente, novos padrões organizacionais de cariz toyotista e novas tecnologias microeletrônicas na produção. O objetivo principal era garantir maior competitividade dos seus produtos no mercado mundial (e nacional). Mas do que nunca, o problema da produtividade e competitividade surgiu para a indústria brasileira. Aumentar a qualidade, a precisão e a flexibilidade da produção, passou a ser determinante na busca dos novos padrões internacionais de competitividade (ALVES, 2000, p. 122).

Por outro lado, neste cenário brasileiro há um ressurgimento dos sindicatos, o denominado de novo sindicalismo brasileiro, ou seja, há um levantamento da classe operaria que reivindicavam a direção do trabalho, que diante das novas mudanças impostas pelo capital afetava diretamente a classe trabalhadora e pelos rebatimentos e o caos no trabalho reflexos da grande concorrência do mercado mundial que o país naquele período começara a enfrentar (ALVES, 2000).

Ainda segundo o autor a classe operaria que surge com o novo sindicalismo não só luta contra todas as mazelas que as mudanças impostas pelo capital trazem consigo, mas para buscar conquistar novos direitos, tal como uma definição por locais de trabalho que naquele momento não se tinha.

Vejamos algumas características do sindicalismo no ano de 1980 segundo Antunes:

> O nosso sindicalismo viveu, na década de 1980, ora no contra fluxo [...]. Diria que, na contabilização da década, seu saldo foi muito positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se a continuidade ao avanço do sindicalismo rural , em ascensão desde os anos

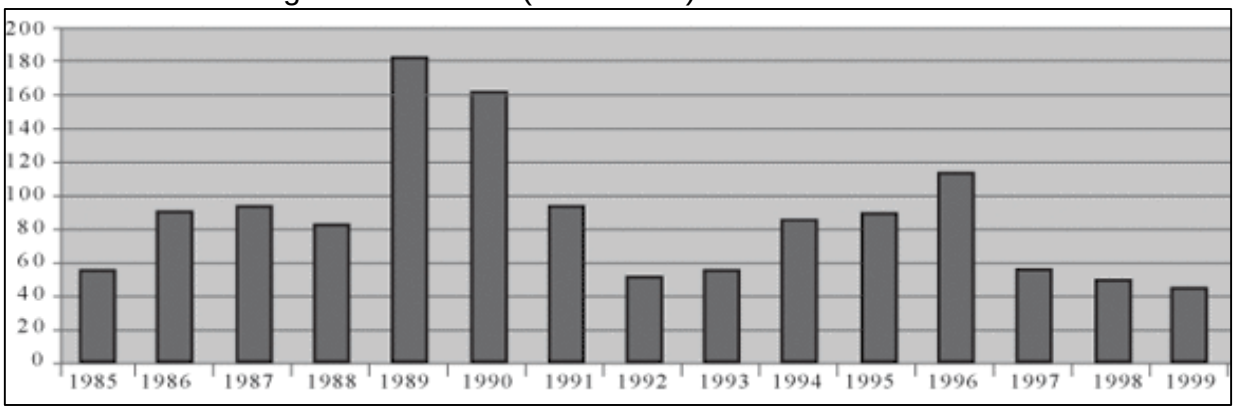
> 70 ; houve o nascimento das centrais sindicais , como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se , ainda que de maneira insuficiente , avançar nas tentativas de organização dos locais de trabalho , debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao estado ;verificou –se um aumento do número de sindicatos , onde se sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos ; houve aumento nos níveis de sindicalização , configurando-se um quadro nitidamente favorável para o novo sindicalismo ao longo da última década (ANTUNES , 2002, p. 153).

Segundo Soares (2002) as mazelas da reestruturação produtiva atrelado ao neoliberalismo que vinha ao longo da história se estabelecendo, tem seu patamar mais elevado a partir dos anos de 1990, aonde de fato todas estas principais mudanças na economia e no trabalho brasileiro vai se agravar e trazer consequências violentas principalmente para o trabalho.

Para Alves (2009) se na década de 1980 houve um sindicalismo forte e com saltos grevistas positivos já nos anos 90 há um declínio deste sindicalismo e das greves isto devido a:

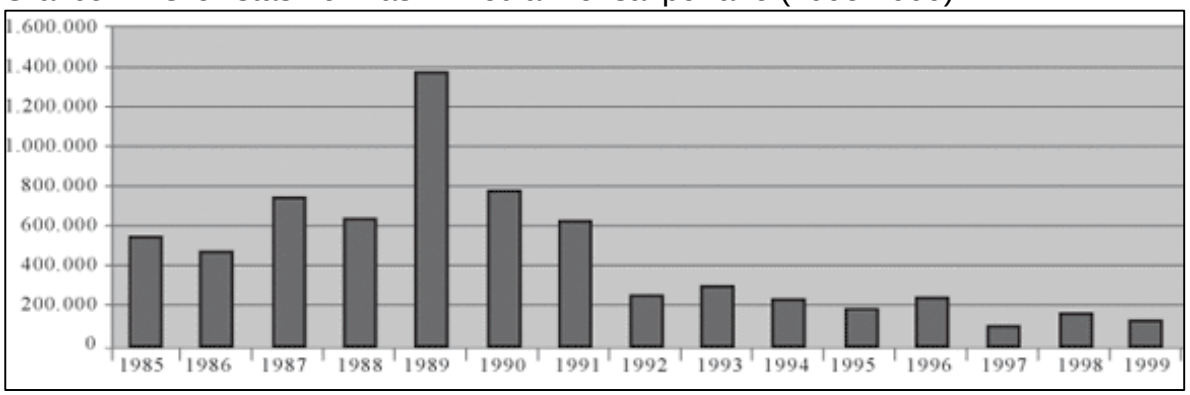
> [...] "força das circunstâncias" da "década neoliberal", caracterizada pela desestruturação do mercado de trabalho por conta das políticas macroeconômicas neoliberais, e pela fragmentação das negociações coletivas, imposta pelo patronato, obriga o sindicalismo a abandonar as greves gerais por categoria e voltar-se para greves por empresa. Apesar da retomada relativa das mobilizações grevistas em 1993, conforme gráfico1 diminui de forma paulatina, o número de grevistas (tendência de decrescimento que percorre a década de 1990, intensificando-se na última metade da década passada), conforme o gráfico2(ALVES, 2009, p. 191).

Gráfico 1 –Total de greves no Brasil (1985-1999)



Fonte: (DIEESE, apud ALVES 2009, p. 191)

Gráfico 2 –Grevistas no Brasil– Média mensal por ano (1995-1999)



Fonte: (DIEESE, apud ALVES 2009, p. 191)

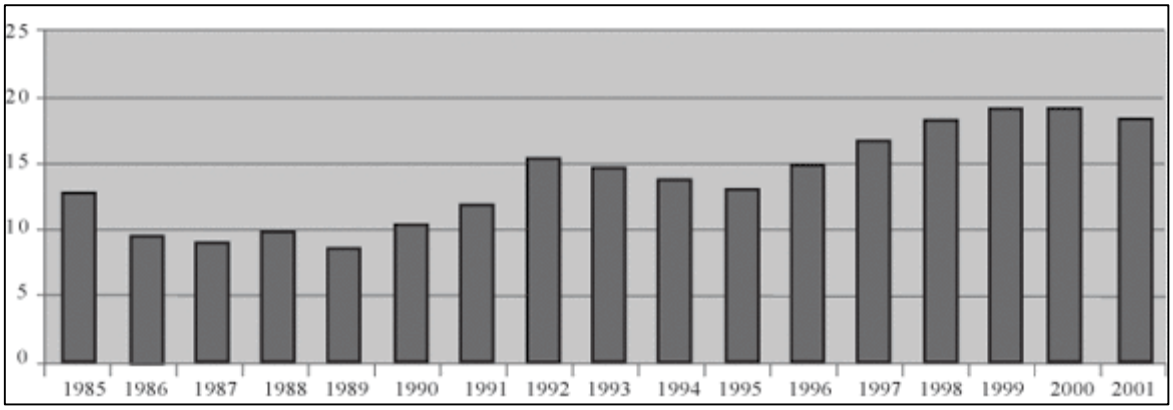
Além disso, para soares (2002), no plano neoliberal brasileiro de reestruturar o país emerge:

> Além da estratégia central de combate à inflação outras propostas emergem do chamado projeto neoliberal brasileiro, cuja articulação entre si e com uma estratégia global, prazos e formas de viabilização ficam aos poucos mais claras ou explicitadas no discurso e na pratica governista. A maioria delas, no entanto, salvo algumas peculiaridades "nativas", é muito semelhante ao receituário neoliberal já visto anteriormente para a amarica latina. Assim, coloca a proposta de "desregulamentação" da economia que basicamente, defende a abolição da regulação do estado sobre os preços da economia em geral e sobre as relações capital-trabalho. Essa regulação considerada como geradora de "distorções", passa a ser substituída pelo "livre jogo do mercado", cujos mecanismos de regulação seriam automáticos, tecnicamente isentos, proporcionando assim uma distribuição de recursos mais "racional". A proposta do estado ou a sua renuncia como agente econômico produtivo e empresarial é outra das propostas integrantes do projeto. Daqui se derivam as propostas de privatização das empresas estatais, o que contribui para a redução (estratégica) do setor público, bem como o rearranjo de toda máquina estatal, situado na proposta mais ampla de reforma do estado (SOARES, 2002, p. 39).

Ainda segundo soares (2002) no Brasil também foi adotado "um festival de medidas, como a demissão de funcionários venda de automóveis e mansões, entre outras de mesmo teor, que foram denominadas de reforma administrativa (SOARES, 2002. p. 41). Sendo que: "Essas medidas, ao lado de outras de consequências mais graves, como a violenta redução do gasto social, não resultaram nem na eliminação do déficit público e muito menos na redução da inflação (SOARES 2002, p 41).

Alves (2009) também aponta que na década de 90 constata se uma degradação no trabalho principalmente no aumento do desemprego, como mostra o gráfico3 referente ao índice de desemprego de uma das maiores metrópoles do país.

Gráfico 03 –Taxa de desemprego total – Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: (DIEESE apud, ALVES, 2009, p. 194).

Alves (2009) ainda diz mais que:

> A partir de 1996, verifica-se um movimento de inflexão descendente e queda significativa do rendimento real dos trabalhadores assalariados, num cenário de estagnação da economia brasileira e crescente índice de desemprego total. Ocorre a queda paulatina dos rendimentos dos trabalhadores autônomos, constituídos em sua maior parte por assalariados informalizados (na medida em que ocorre um processo crescente de terceirização de atividades industriais e serviços, o maior contingente de trabalhadores autônomos expressa tão somente a crescente mancha de assalariados precarizados (ALVES, 2009, p. 194).

Nesse sentido se conclui que a reestruturação produtiva no Brasil trouxe consequências devastadoras para o trabalho e para as condições de trabalho, norteada pelo neoliberalismo trouxe estas mudanças acirrando as desigualdades, o desemprego, dentre outras consequências que se estende ao longo da história do Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Neste capítulo buscou-se fazer uma análise dos dados encontrados com nossos estudos, lembrando que a nossa pesquisa é de cunho bibliográfica, portanto é pautada na visão de demais autores, e por esta via pretendemos explicitar o resultado encontrado afim de responder o objetivo principal desta pesquisa, ou seja os impactos da reestruturação produtiva para as condições de trabalho no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) -1995-2002.

Neves (1997) diz que, para compreendermos todas as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho é necessário levar em consideração todos os movimentos nas relações estabelecidas na sociedade, e de todos os acontecimentos que se processam socialmente.

Em outras palavras a autora nos diz que:

> [...] analisar o mundo do trabalho evidentemente é falar da sua relação com a sociedade. É nessa inter-relação - trabalho e sociedade, mundo do trabalho e relações sociais - que devem ser analisadas as transformações que vêm se processando nesse conjunto de situações. Evidentemente, falar do mundo do trabalho é falar de uma dinâmica própria, sem esquecer, entretanto, das mutações que ocorrem na sociedade e no mundo internacional como um todo (NEVES, 1997, p. 25).

Sendo assim Antunes (1999) explicou que o processo de reestruturação produtiva teve sua origem primeiramente nos países desenvolvidos, sendo que este veio como resposta de superação da crise do capitalismo dos países desenvolvidos, e trouxe consigo mudanças desde o subjetivo da classe trabalhadora até os modos de produção e uma revolução tecnológica, adotando uma produção flexível interferindo fortemente no trabalho, e consequentemente há um desmonte dos direitos sociais , mudanças nas relações de trabalho bem como uma maior exploração para a classe trabalhadora, dentre outras.

E sobre este assunto Martins e Molinaro (2013) também diz que:

> As mudanças que temos presenciado no mundo contemporâneo, motivadas pelas novas formas de organização econômica, aliadas ao desenvolvimento tecnológico têm gerado impacto na organização da produção, causando problemas, principalmente nas áreas do trabalho e do emprego (MARTINS e MOLINARO,2013, p.2).

E de acordo com Soares (2002) neste período de mudanças aparece como base de sustentação destas metamorfoses recorrentes, as ideologias neoliberais, e vem para

enxugar a ação do estado nas relações econômica, social e do trabalho, disseminando uma nova forma de acumulação, sendo que:

> Em síntese, esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do estado) se reduz à ampliação do assistencialismo. A expressão institucional desse modelo –é de caráter das relações sociais –é também um novo Estado, um cenário diferente que expressa –ao mesmo tempo que define –novas condições da luta social (SOARES,2002, p.13).

Nesse sentido segundo Marques e Ferreira (2010) diante destas múltiplas mudanças no mundo econômico e do trabalho, a partir dos anos 80, torna nítido a aceitação de diversos governos destes novos parâmetros voltado agora para uma economia mundial globalizada e com a redução da participação do Estado no que tange a sua regulação na área econômica e no mercado de trabalho, adotando dessa forma um formato de estado mínimo, sendo estas as novas bases do trabalho que passou a se consolidar a partir de então em escala mundial.

Sendo assim Marques e Ferreira (2010) diz que: “diversas medidas foram tomadas no Brasil a partir do início dos anos 1990 com o objetivo de desregulamentar e flexibilizar[12] o mercado e as relações de trabalho” (MARQUES e FERRREIRA,2010, p.217).

Para Chahad (2003) no contexto brasileiro:

> As dificuldades políticas, devidas ao conflito de interesses entre empregadores, trabalhadores e governo, resultaram em uma modificação parcial das leis trabalhistas. As alterações efetuadas, muitas inicialmente por meio de Medidas Provisórias do Poder Executivo, trataram dos principais componentes do contrato de trabalho, horas e remuneração, introduzindo ou ampliando a adoção de contratos alternativos ao contrato-padrão. O avanço das práticas de flexibilização no mercado de trabalho, sem a participação ativa dos sindicatos, tem limitado a padronização das novas regras e a ressonância dos seus efeitos positivos, além de cooperar para o aprofundamento do processo de informalidade, causando ainda uma diminuição das receitas do sistema de seguridade social público (CHAHAD, 2003, p. 206-207).

E de acordo com Costa (2003) o cenário brasileiro nos anos de 1990 foi marcado por grandes mudanças na economia, consequências da abertura do país aos novos moldes de relações neoliberais globalizadas.

---

[12]“Entende-se por flexibilização da força de trabalho toda a iniciativa ou medida que deixa o trabalhador à disposição da empresa quanto a sua jornada de trabalho e tempo de contratação e quanto a estipulação de sua remuneração” (MARQUES e FERREIRA, 2010, p.217).

Sendo que:

> Os novos padrões tecnológicos e competitivos do comércio global pegaram em cheio as empresas, protegidas por reserva de mercado, e o movimento sindical, forçando modificações nas estratégias empresariais, na gestão interna do trabalho, nas relações de representação, e no perfil do mercado de trabalho (COSTA,2003, p.7).

Além disso trouxe consigo:

> [...], queda abrupta das tarifas de importação para uma grande diversidade de produtos industriais, trouxe consigo o incremento do discurso da competitividade (agora em níveis internacionais), precipitando a entrada da fechada economia brasileira na circulação da rede global. Isso fez com que, forçosamente, fossem expandidos os processos de reestruturação produtiva: fechamento de fábricas, renovação tecnológica, terceirização, subcontratação, reorganização dos processos produtivos, enxugamento de quadros, entre outros, traduziram os ajustes. Em todos os casos os esforços se concentraram primordialmente na racionalização de custos, com destaque para os custos do trabalho. Tais processos de reestruturação aconteceram concomitantemente a uma conjuntura recessiva, que se aprofundava, a uma avalanche de medidas liberais, continuadas pelos dois governos subsequentes, concretizadas nos programas de privatização e no abandono das políticas públicas voltadas para a expansão da demanda, com acento no controle da moeda e da inflação, no avanço de projetos de desregulamentação e flexibilização institucional do mercado de trabalho. Resultado imediato dessas mudanças: entre 1989 e 1999 mais de 1 milhão e meio de empregos foram destruídos na indústria de transformação (IBGE/CAGED /MTE, 1999), tendo boa parte de seus trabalhadores caído na informalidade e outra se deslocado para o setor de serviços e para o comércio, onde é ainda mais forte a heterogeneidade das condições de emprego, com predomínio para os contratos de baixa qualificação e de baixíssimos salários (Cardoso, Caruso, Luís A. & Castro, 1997; Barros & Mendonça, 1997; Harvey, 1994). Além do desemprego taxativo, em muitos casos efetivados sem que os trabalhadores tivessem acesso imediato aos parcos direitos de indenização rescisória pertinentes (Costa, 2002), leis federais, apoiadas no ideário da liberdade para contratar e demitir, davam vazão a institutos que fragilizam ainda mais a proteção do trabalho. (COSTA,2003, p.7).

Outro fator agravante que segundo Costa (2003) trouxe inúmeras consequências para o trabalho no país foi à flexibilização da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), muito presente durante o governo FHC, e esta flexibilização aconteceu através das chamadas medidas provisórias e, “significava um retrocesso no espaço recentemente conquistado pelo movimento sindical” (COSTA, 2003, p. 7-8). Se por um lado a década de 80 houve ganhos pela classe trabalhadora nos direitos, através da ascensão e luta dos sindicatos, a década de 90 há uma regressão tanto aos direitos conquistados, quanto a estabilidade dos próprios sindicatos, pois diante de tantas mudanças a classe trabalhadora também se desarticulava refletindo também no poder de luta e consequentemente um enfraquecimento dos sindicatos.

Além disso:

> A reestruturação produtiva nas empresas faria do desemprego o grande vilão do processo de retração dos sindicatos e do avanço de iniciativas empresariais e do governo no tema da flexibilização do mercado de trabalho. As mudanças estruturais efetivamente implementadas pelas empresas, aliadas às mudanças institucionais no ordenamento jurídico do mercado de trabalho tem se traduzido, de uma maneira geral, numa precarização ainda maior das relações de trabalho, com indicadores que contrariam não apenas um modelo de regulação que tenha por base o desenvolvimento social, mas que é inconsistente com as próprias exigências da implicação para a competitividade (Coriat, 1992): alta flexibilidade externa, baixos salários, longas jornadas, uso generalizado do trabalhador sem qualquer associação com políticas de promoção salarial ou de benefícios, e mesmo a ameaça do desemprego como o regulador mais central dos conflitos (COSTA,2003,p.12).

Dessa forma destacamos algumas medidas tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) anos 1995-2002, que compõem todo este processo de flexibilização nas relações de trabalho no pais, tais como: participação nos lucros ou resultados (PLR); salário mínimo e estrutura salarial; cooperativas profissionais; contrato por tempo determinado; banco de horas; trabalho em tempo parcial (menos de 25 horas semanais); suspensão do contrato de trabalho; desindexação salarial: o fim da política salarial.

- Participação nos Lucros ou Resultados (PLR):

Esta medida segundo Marques e Ferreira (2010) foi estabelecida inicialmente e regulamentada como medida provisória nº 794 em dezembro de 1994, mas posteriormente em dezembro de 2000, após várias reedições passa a vigorar como lei nº 10.101.

Sendo que esta medida previa que:

> Todo trabalhador possuía o direito, desvinculado da remuneração, de participar nos lucros ou resultados das empresas. A legislação instituía ainda, que tal participação seria objeto de negociação entre a empresa ou sindicato patronal e representantes dos trabalhadores ou sindicato da categoria (MARQUES e FERREIRA, 2010, p. 224).

Ainda segundo os autores Marques e Ferreira (2010) tal medida trouxe consequências para uma maior exploração do trabalhador, visto que os mesmos já não distinguiam os seus interesses e o dos seus empregadores, sendo que essa exploração era mascarada, pois se denominava como cumprimento de metas, mas que na verdade era uma forma de extrair cada vez mais do trabalhador.

Em relação a este assunto Antunes (2000) já dizia o quanto a classe trabalhadora vivenciaria esta exploração no trabalho, com estes novos moldes provenientes destas novas alterações no cenário do trabalho.

Além disso, para Marques e Ferreira (2010):

> Ainda que originalmente a PLR fosse uma reivindicação histórica do sindicalismo, contribuiu significamente para a flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos moldes em que foi implementada. Primeiro a PLR, por suas características, permitiu a pulverização das negociações entre patronato e trabalhadores no âmbito da empresa, descentralizando e deslocando as negociações do nível mais geral, enfraquecendo, assim, o poder de barganha dos trabalhadores. Essa consequência se levada ao extremo, poderia significar a criação de um sindicato por empresa ou até mesmo a desorganização dos trabalhadores na forma sindical tradicional (MARQUES e FERREIRA, 2010, p224).

Estes outros pontos citados acima só confirmam o que o que foi discutido no referencial teórico, tão bem evidenciados por Harvey (2013), Antunes (1999), dentre outros autores, no que se refere ao agravamento dessa flexibilização no trabalho e do retrocesso de conquistas dos trabalhadores.

Marques e Ferreira (2010) também apontam:

> Outro aspecto importante em relação a PLR é que ela possibilita a flexibilização da remuneração – na pratica, isso significa que, em momentos de crescimento econômico a remuneração fixa do trabalhador pode ser acrescida da parcela variável ao passo que, em momentos de recessão, o trabalhador pode somente receber a parte fixa. Dessa forma a remuneração variável permite redução em qualquer momento em função das necessidades da empresa (TUMA ,1999, p.228 apud MARQUES e FERREIRA ,2010, p.224).

Ainda segundo os autores esta medida nem todos tinham acesso, portanto primeiramente eram ofertados somente os trabalhadores da Petrobrás, e após se transformar em uma lei abrangeu também os alguns seguimentos da indústria brasileira.

- Salário mínimo e estrutura salarial:

Segundo Marques e Ferreira (2010), esta foi outra medida provisória (MP 1.906/97) do governo, sendo que o piso do salário mínimo foi estipulado no valor de R$ 120,00 (cento e vinte reais), e sem nenhum vínculo de ajuste por via da inflação. “Ainda que a medida não tenha significado perda real do poder de compra [...], teve impacto sobre o conjunto das remunerações [...] (MARQUES e FERREIRA, 2009, p. 229).

Para Krein e Oliveira citado por Marques e Ferreira (2010, p. 229):

> Essa medida tem um efeito indireto sobre o processo de negociação coletiva, pois o reajuste e o valor do salário-mínimo servem de referência, historicamente, no Brasil, tanto para salários de base dos trabalhadores não organizados em sindicatos como para os pisos salariais das categorias organizadas.

“O governo FHC empreendeu aumento real do salário mínimo somente nos anos de 1995,1998,2000,2001 e 2002, o que totalizou crescimento do poder aquisitivo de

42,15%" (MARQUES e FERREIRA,2009, p. 229). E para os autores mesmo que o governo sucessor aumentou o salário todos os anos do seu primeiro mandato, não foi suficiente para reparar o déficit do salário mínimo adquiridos historicamente. Ver a tabela abaixo:

Tabela -1

Evolução do salário mínimo Brasil (1995-2007)

Data –base	Salário-mínimo	Reajuste (a)	Inflação (b)	(A /b)
05/95	R$ 100,00	42,85%	16,5%	22,6%
05/96	R$ 112,00	12,0%	18,2%	-5,3%
05/97	R$ 120,00	7,1%	8,2%	-1,0%
05/98	R$ 130,00	8,3%	4,1%	4,0%
05/99	R$ 136,00	4,6%	5,4%	-0,8%
04/00	R$ 151,00	11,0%	5,4%	5,4%
04/01	R$ 180,00	19,2%	6,3%	12,2%
04/02	R$ 200,00	11,1%	9,7%	1,3%
Total gov.FHC	-	185,71%	100,98%	42,15%
04/03	R$ 240,00	20,0%	18,5%	1,2%
05/04	R$ 260,00	8,3%	7,1%	1,2%
05/05	R$ 300,00	15,4%	6,6%	8,2%
04/06	R$ 350,00	16,7%	3,2%	13,0%
04/07	R$ 380,00	8,6%	3,1%	5,3%
Total gov. LULA	-	58,3%	44,0%	32,0%

Fonte: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.DATAPREV, apud MARQUES e FERREIRA, 2010, p. 229.

- Cooperativas profissionais:

De acordo com Marques e Ferreira (2010), as cooperativas profissionais foram criadas e amparadas pela lei, e ela permitia que os trabalhadores exercessem atividades laborais nas chamadas cooperativas, sem que este possuísse nenhum vínculo empregatício, a princípio a ideia esperada, era de que os empregados não ficassem totalmente a depender dos empregadores e se aumentasse o número significativo de postos de trabalho, no entanto o resultado foi a criação de várias cooperativas "fantasmas" visto que muitos empregadores utilizava dessa estratégia

afim de diminuir os seus gastos com encargos, que todas as empresas nos moldes regular devem arcar.

Sendo assim estas medidas contribuíram para a flexibilização das relações de trabalho, mas segundo a autora:

> [...] em anos mais recentes, a justiça do trabalho vem reconhecendo a condição de empregado a diversos membros de cooperativas, quando se configura vinculo trabalhistas. Resultado disso foi à diminuição da intensidade do crescimento das cooperativas na comparação com os primeiros anos de vigência da medida. No primeiro levantamento realizado pela secretaria nacional da economia solidaria, divulgado em 2005-2006, foram identificados 14,954 empreendimentos econômicos solidários, localizado em 2.274 municípios (41%dos municípios).em termos de distribuição regional, esses empreendimentos estão mais concentrados na região nordeste, a mais pobre do país (44%), seguido –se a região norte com 13%, a sudeste com 14%, a centro –oeste com 12% e 17% na região sul (MINISTERIO DO TRABALHO, 2006). Desses empreendimentos, 11% (1.645) constituem cooperativas (MARQUES e FERREIRA, 2010, p. 230).

- Contrato por tempo determinado:

Segundo Marques e Ferreira (2010) para os formuladores desta medida, esta seria de grande utilidade no combate ao desemprego.

Sendo que para o Ministério do trabalho (2006), citado por Marques e Ferreira (2010, p. 230), esta medida previa:

> Ampliar os postos de trabalho, com a redução de encargos sociais e custos para as empresas, incluir no mercado formal parcela dos trabalhadores que, assalariados sem carteira assinada, não possuem seus direitos trabalhistas assegurados, e estimular a negociação coletiva Como um dos pilares mais importantes do processo de modernização das relações trabalhistas.

Além disso, para os autores:

> Esse tipo de contratação permite que a empresa aumente seu quadro de pessoal por até 24 meses, desde que isso seja acordado em negociação coletiva com participação sindical. Para facilitar a contratação, a lei estabelece redução de 50% de diversas contribuições patronais, como serviço da indústria (Sesi), serviço social de aprendizagem comercial (Senac), entre outros, bem como a redução da alíquota de Fundo de garantia de tempo de serviço (FGTS) de 8% para 2%, e a dispensa do pagamento de aviso-prévio, ou da multa de 40% sobre a contribuição do FGTS quando o desligamento do trabalhador for iniciativa do empregador. A lei que formaliza o contrato por tempo determinado também possibilitou a eliminação do pagamento de hora extra com a introdução do banco de horas sobre o qual se discorre na próxima seção. A lei permite utilização desse tipo de contrato em 50% dos empregados para empresas com até 50 empregados; em 35% para empresas que possuem entre 50 e 199 empregados; e em 20% para as corporações com mais de 200 empregados (MARQUES e FERREIRA, 2010, p.230 e 231).

Este tipo de contrato de trabalho flexível é resultado da reestruturação produtiva, visto que Harvey (2013) já havia nos apresentados em nosso referencial teórico a respeito

de algumas características resultantes dessas mudanças no mundo do trabalho.

Harvey (2013) pontua dizendo que dentre as múltiplas consequenciais trazidas por estas mudanças no trabalho está também à diminuição de trabalhadores em tempo integral que a cada dia vem sendo reduzido, deixa de ter segurança e instabilidade causando uma aceitação mesmo que forçada de exploração por parte de seu empregador além de uma erosão nos direitos trabalhistas.

Visto que essa crescente redução de trabalhadores de tempo integral estável está sendo substituída por uma gama de trabalhadores desprovido de estabilidade e segurança com contratos temporários que a qualquer momento pode ser substituído, com isso há um grande aumento de rotatividade nas empresas e subcontratações (HARVEY, 2013).

Ainda para Marques e Ferreira (2010 p. 231):

> O efeito da medida pode ser considerado bastante controverso, pois alguns a avaliam como inconstitucional, o que tem reduzido sua aplicação generalizada, posto que as empresas temem acumular grandes passivos trabalhistas no futuro. Independentemente de sua abrangência, a introdução do contrato por tempo determinado significa mais um passo na ampliação da flexibilização do mercado de trabalho, aumentando a precarização do trabalhador.

- Banco de horas:

Para os autores Marques e Ferreira (2010) esta medida culminou em uma maior exploração do trabalhador, visto que em momentos turbulentos de grande produção o trabalhador deveria fazer horas extras sem receber por elas e nos momentos de baixa produção gozariam destas horas extras em folgas, sendo que dessa forma o seu salário também é afetado, pois não recebem em dinheiro por estas horas extras.

“[...] o sistema de banco de horas foi introduzido pela mesma legislação do contrato por tempo determinado” (MARQUES e FERREIRA, 2010, p. 232).

Sendo que o Ministério do trabalho, (1998) citado por Marques e Ferreira (2010, p.232) diz que o:

> Sistema de compensação de horas extra mais flexível, que poderá ser estabelecido através de negociação coletiva entre as empresas e os seus empregadores com participação no sindicato, podendo abranger todas as modalidades de contratação, ou seja, todos os trabalhadores.

Além disso:

> A lei implica que a jornada de trabalho possa ultrapassar às 44 horas semanais, definida na constituição, sem que o trabalhador receba hora extra,

> desde que haja compensação dessas horas ao longo de um ano (MARQUES e FERREIRA, 2010, p. 232).

Esta medida evidencia bem a exploração enfrentada pela classe trabalhadora nestes moldes capitalistas onde se considera antes de tudo até mesmo do descanso do trabalhador a obtenção de lucros.

- Trabalho em tempo parcial (menos de 25 horas semanais):

Segundo Marques e Ferreira (2010) esta é outra medida estabelecida pelo governo, no qual:

> "[...] anunciou um pacote trabalhista que incluía a regulamentação do trabalho em tempo parcial. O objetivo era propiciar o aumento do emprego formal por meio da redução da jornada de trabalho dos empregados que interessassem por tal redução. A lei estabelece que o regime de tempo parcial pode ser estabelecido por comum acordo entre empregado e empregador, e o salário, assim como os demais direitos trabalhistas, serão determinados conforme a duração da jornada semanal trabalhada. A lei não limita de nenhuma forma a utilização desse tipo de contrato nem prevê a participação dos sindicatos, já que a medida deve ser estabelecida como opção do trabalhador individual" (MARQUES e FERREIRA, 2010, p.234).

Ainda para os autores Marques e Ferreira (2010) estudos mostram que esta forma de trabalho é considerada como uma das formas de precarização da força de trabalho, visto que suas mudanças incidem sobre os direitos trabalhistas, além disso os trabalhadores nessas condições de trabalho não são bem vistos, sendo considerados como trabalhadores que estão a margem ou ocasionais.

Este formato de trabalho já evidenciado por Harvey (2013) e refere-se à consequência da flexibilização do mercado de trabalho e sua precarização dos postos de trabalho.

- Suspensão do contrato de trabalho:

Segundo Marques e Ferreira (2010) esta mediada nº 1726/98 garantia que se necessário e de comum acordo entre a empresa e o sindicato, o empregador suspender o contrato do empregado por tempo indeterminado para que este empregado se qualificasse e ao ser readmitido recebesse o mesmo salário, porém o empregador ficaria incumbido de algumas obrigações tais como:

> 1. Durante o período da suspensão, o trabalhador receberá uma "bolsa qualificação", a qual funciona nos mesmos moldes do seguro-desemprego.2.A empresa se compromete a oferecer um curso de qualificação no período da suspensão.3.O trabalhador continuará o tíquete-alimentação.4. No caso de demissão após a suspensão, o trabalhador tem direito a receber verbas rescisórias e multa no valor de um salário.5. No caso de demissão, o trabalhador pode inscrever-se no programa seguro-desemprego.6. O trabalhador após a (re) qualificação, retornará a mesma

> função com o mesmo salário (OLIVEIRA; SIQUEIRA NETO, 1998, citado por MARQUES e FERREIRA,2010, p.234).

Analisando esta medida constatamos que ela traz uma insegurança ao trabalhador uma vez que o contrato é suspenso por um tempo indeterminado, além disso quem acaba ganhando com esta qualificação da mão de obra é o empregador que terá seu trabalho sendo executado por uma mão de obra qualificada sem pagar nada além por isso, pois ao readmitir o trabalhador este pagará o mesmo salário anterior, por outro lado o próprio trabalhador arcará com as despesas dessa qualificação visto que:

> Art. 8º - B. Na hipótese prevista no § 6º do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, as parcelas da bolsa de qualificação profissional que o empregado tiver recebido serão descontadas das parcelas do benefício do Seguro-Desemprego a que fizer jus, sendo-lhe garantido, no mínimo, o recebimento de uma parcela do Seguro-Desemprego. (NR) (BRASIL, MPV,1998).

Caso o empregador não o readmita o trabalhador sairá parcialmente desprotegido, pois uma parte de seu seguro desemprego já foi comprometida.

- Desindexação salarial: o fim da política salarial:

Esta foi mais uma das medidas tomadas pelo governo que segundo Marques e Ferreira (2010), trouxeram consequências para a classe trabalhadora, pois afetou diretamente nos seus salários, nos sindicatos e nas suas articulações para greves, tanto que as greves após esta medida há um decrescimento.

> Uma das principais medidas regulamentadas pelo plano real foi o fim da indexação salarial. A desindexação da economia como um todo foi uma das principais ferramentas utilizadas pelo plano para interromper a escalada inflacionaria, reverter as expectativas futuras e, assim inibir a existência de inercia inflacionaria e dar fim ao conflito distributivo que estava subjacente a inflação. O processo de desindexação ocorreu, em um primeiro momento pela transformação dos salários e dos preços administrados pelo estado em unidade de real de valor (URV), cujo valor era atualizado diariamente. Com data marcada para ser extinta quando seria adotada uma nova moeda e no lugar do cruzeiro real, todos os preços acabaram mais cedo ou mais tarde, transformado em URV (MARQUES e FERREIRA, 2010. p.227).

Ainda para os autores, Marques e Ferreira (2010) em relação a salários, o Plano Real[13] não só baniu o reajuste salarial oficial como também excluiu qualquer tipo de cláusula em negociações que denominassem correção ou reajuste pela alta dos preços, e em relação aos sindicatos estes devido o desemprego que estava em evidencia, influenciou diretamente na manutenção e articulação das greves na busca

[13] O Plano Real foi um programa de estabilização econômica, foi concebido em três etapas; o estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, objetivando eliminar a principal causa da inflação; criação de um padrão estável de valor (URV); Emissão de uma nova moeda nacional com poder aquisitivo estável, o real (Lacerda “et al”2011, p.229).

de melhorias, nesse sentido há uma queda nos índices dos números de greves, como aponta a tabela abaixo, além disso, o número de greves que ainda permaneciam não eram, para a busca de conquista de novos direitos e sim apenas para manter os que já possuíam.

Tabela 02 - Evolução do número de greves por tipo de reivindicação (1992-1997)

Ano	Total	Remuneração	Direitos	Emprego	PLR	Condições De trabalho	Sindical	Protesto contrame didas do governo	Jornada
1992	557	-	-	-	-	-	-	-	
1993	653	402	155	76	-	77	35	41	22
1994	1.034	794	192	100	-	89	85	30	34
1995	1.056	521	389	108	97	101	78	46	48
1996	1.258	423	531	123	223	123	35	9	145
1997	630	204	271	91	95	73	28	20	48

Fonte: (DIEESE apud MARQUES e FERREIRA,2010, p.227).

Sendo assim esta medida evidencia bem o que Antunes (2000) aponta como consequências para o mundo do trabalho, ou seja, um retrocesso para os sindicatos e para a classe trabalhadora, pois uma vez que há um enfraquecimento dos sindicatos a classe trabalhadora também é afetada e vice-versa e se não há um sindicato forte para lutar por melhorias, a classe trabalhadora acaba sendo sujeitada a todos os tipos de exploração e precarizações instituída pelo capital.

Diante do que já discutimos a Dieese (2012) também descreve mais sinteticamente todo o processo de mudanças que ocorreram no Brasil e todos os impactos da reestruturação produtiva e coloca que:

> A última década do século XX foi marcada, no Brasil, pela desestruturação do mercado de trabalho. Diferentes iniciativas, públicas e privadas, concorreram para este fim. O período caracterizou-se pela elevação das taxas de desemprego a patamares nunca antes vistos no país e pelo crescimento significativo das formas mais precárias de inserção no mercado

> de trabalho (autônomos que trabalham para o público, assalariamento sem carteira, emprego doméstico etc.). Ao mesmo tempo, a década de 1990 foi marcada pela introdução de uma série de mecanismos de flexibilização da relação trabalhista (contratos de prestação de serviços, contratos por tempo determinado etc.), pela flexibilização dos rendimentos, especialmente através de mecanismos de remuneração variável, e pela redução dos rendimentos do trabalho em termos reais. A desestruturação decorreu de uma série de razões. Os motivos que mais se destacam são: baixas taxas médias de crescimento, abertura comercial e financeira desregulada, forte crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), perda da importância do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, com destaque para o investimento público. A piora dos indicadores do mercado de trabalho, nos anos 1990, resultou do interesse de estabelecer uma política de redução dos custos salariais para as empresas, por meio da construção de um ideário que preconizava a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho como forma de se atingir um nível de emprego mais elevado. Naquele período, a crescente vulnerabilidade dos postos de trabalho criados tem relação direta com o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), com taxa média de 1,3% na década. No ano 2000, a renda per capita havia crescido menos de 10% na comparação com 1990. O lento crescimento da economia significou queda da renda do trabalho, estagnação do mercado consumidor e taxas crescentes de desemprego durante a maior parte da década de 1990. Os três primeiros anos do século XXI se assemelharam à década anterior no que se refere ao crescimento. A economia brasileira cresceu pouco em 2001 (1,3%), em 2002 (2,7%) e em 2003 (1,1%) e, nesse triênio, o mercado de trabalho não gerou empregos em número suficiente para responder às necessidades da força de trabalho. Em 2003, a taxa média de desemprego, medida, então, pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) em cinco regiões metropolitanas e no Distrito Federal, atingiu 20,8%. A partir de 2004, a economia voltou a crescer em ritmo mais intenso, alcançando uma taxa de 5,7% e impulsionando também o PIB per capita, que aumentou 4,3% naquele ano. O patamar mais elevado de crescimento se manteve nos anos seguintes. Em 2005, quando não mais se renovou o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) assinado em 2002, a economia cresceu 3,2%, apesar da elevação dos juros ao longo do ano, “antídoto” aplicado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) diante da elevação de preços verificada a partir do segundo semestre de 2004 (DIEESE, 2012, p. 9-10).

Concluímos que diante das colocações dos autores e pelas condições de trabalho vigente no período do governo FHC, pelo cenário político, pela retração do estado e até mesmo pelas modificações em curso no mundo do trabalho, ou seja, estes vários indícios apontam e nos fazem acreditar que houve um declínio do trabalho formalizado, visto que há um aparecimento de postos de trabalhos precarizados e o aumento da informalidade e isto graças ao processo de reestruturação produtiva que se instaurou e com ele seus múltiplos impactos para o trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que discutimos ao longo do nosso trabalho concluímos que o processo de reestruturação produtiva impactou e continua impactando fortemente o mundo do trabalho não somente os países capitalistas na década de 1970 tão evidenciado pelos aurores de nosso refencial teórico, mas também aos países periféricos com a disseminação do neoliberalismo, e através da globalização da economia, portanto seus impactos se disseminou alcançando o mundo do trabalho de forma generalizada.

Impactos estes que segundo Antunes (2000), alterou o modo de produção, para um novo formato onde o que é mais relevante é o lucro de grandes monopólios, mesmo que isso signifique retrocessos no campo social trabalhista, sindicalista, ideológico da classe trabalhadora, da ideologia do trabalho e até mesmo no subjetivo da classe operária.

Nesse cenário também presenciamos a retração do estado em cumprir com suas obrigações, visto que este novo formato de produção coíbe veementemente a interferência do estado no mercado e no social.

Deste modo, quem por sua vez é mais afetado com todas estas mudanças no mundo do trabalho é a classe trabalhadora, pois tanto o trabalho quanto as relações de trabalho após a reestruturação vêm sendo solapada devido estas modificações, pois o trabalho quanto as condições de trabalho são cada vez mais precarizados, flexibilizados, explorados, há também múltiplos retrocessos de direitos que outrora foram conquistados através de lutas e que estão sendo desestruturado.

E no que se refere ao processo de reestruturação produtiva no Brasil não se difere muito do ocorrido na década de 1970 nos países capitalistas, visto que os autores nos expõem apesar da reestruturação produtiva em nosso país ter iniciado um pouco mais tarde, ele também aderiu às mudanças imposta pelo capital , e veio fundamentada no neoliberalismo trazendo assim inúmeros impactos para o trabalho e relações de trabalho a partir da década de 1990, começando pelo governo Collor de Melo seguido pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que aderiu fortemente este formato de estado mínimo e flexível no trabalho, resultando em retrocessos trabalhistas, privatizações das empresas estatais, incidindo sobre o número de postos de trabalho público, precarizações nas relações de trabalho, através das diversas medidas

tomadas pelo governo afim de se adequar aos novos moldes impostos pelo então globalizado mercado.

Nisso a classe trabalhadora durante o governo FHC, sofreu e sofre com o crescimento do desemprego, com o retrocesso de direitos trabalhistas, com a exploração da força de trabalho, com a retração do Estado, caracterizado de mínimo, pela criação e efetivação de medidas provisórias e flexíveis, onde resulta em exploração e flexibilização das relações de trabalho, além de retrocessos para os sindicatos e desestruturação da lei regulamentadora do trabalho a CLT.

E o que nos chama a atenção é que estes impactos identificados no governo FHC, ele tem repercutido também atualmente no trabalho, através de contratos temporários, bancos de horas, trabalhadores sendo explorado pela polivalência de funções, crescimento da informalidade dentre outros, ou seja, são múltiplos os impactos da reestruturação no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S.**O que é trabalho.**8 ed. São Paulo: brasiliense,2008.

ALVES, G.**O novo (e precário) mundo do trabalho:** Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.1 ed. São Paulo: boitempo, 2000.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: Ensaios de sociologia do trabalho. 2 ed. Londrina: Práxis, 2007.Disponível em:< http://www.giovannialves.org/DRP.pdf> Acesso em: 10 de mar.2016.

_____. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial.** Rev. Katál. Florianópolis- 2009. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/08.pdf.> Acesso em 18 de abr.2016.

_____. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - O Brasil nos anos noventa.In: TEIXEIRA, F, J, S; OLIVEIRA, M, A. (org.). **Neoliberalismo e Reestruturação produtiva:** As novas determinações do mundo do trabalho.2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.p.109-161.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo.In: SADER, E; GENTILI, P. (Org**.). Pós-Neoliberalismo:** As políticas sociais e o estado Democrático.4 eds. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A, 1995.p. 9-23.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ed. São Paulo: Cortez 2000.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.5 ed. São Paulo: Boitempo 1999.

AURÉLIO. **Dicionário do Aurélio online.**2008 – 2016; disponível em:< https://dicionariodoaurelio.com/>. Acesso em 05 de jun. 2016.

BARROCO, M, L, S. **Ética:** fundamentos sócio históricos.3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROS, A, J, P; LEHFELD, N, A, S. **Projeto de pesquisas**: propostas metodológicas.12 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes 2003.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**.3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2014.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica:** Um guia para à iniciação Científica. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história.9 ed. São Paulo: Cortez ,2011.

BRAVERMAN, H; **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro, 1987.

CAMARGO, M, L. **Trabalho enquanto categoria fundante na existência humana e atual fase de reestruturação produtiva do Capital.** Artigo. (Caritas Brasileira) Minas Gerais:2011. Disponível em:< http://www.secep.com.br/arquivos/Trabalho_enquanto_categoria_fundante_na_existencia_humana_e_atual_fase_de_reestruturacao_produtiva_do_capital.pdf>. Acesso em 07 de abr.2016.

CARMO, P, S; **A ideologia do trabalho.** 1 ed. São Paulo: Moderna,1992.

COSTA, M, S. **Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil.** Artigo, 2003. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a10>. Acesso em 20 de mai.2016.

COUTINHO, M, C; KRAWULSKY, E; SOARES, D, H**, Identidade e trabalho na contemporaneidade**: Repensando articulações possíveis. Revista psicologia e sociedade, edição especial 1.florianopolis :2007. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 20 dez.2015.

CHAHAD, J, P, Z. **Tendências recentes no Mercado de trabalho**: pesquisa de emprego e desemprego. Texto, São Paulo: 2003. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a21v1734.pdf>. Acesso em: 08-de mai.2016.

GIL, A, C; **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas,2009.
_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**.5 ed. São Paulo: Atlas ,2010.

HARVEY, D. A transformação político econômica do capitalismo do final do século XX. In: **condição pós-moderna**. 24 ed. São Paulo: Loyola 2013. 117- 184.

IAMAMOTO, M, V. **o serviço social na contemporaneidade:** Trabalho e formação profissional. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro trabalho e questão social.7ed.São Paulo: Cortez,2012.

LAURELL, A, C. Avançando em direção ao passado: A política social do neoliberalismo. In_____. (Org.) **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** 2 ed. São Paulo: Cortez 1997.p.151-175.

LACERDA, A, C; “et al” **Economia Brasileira.**4 ed.sao Paulo: saraiva. 2010.

MALAGUTI, M, L.CARCANHOLO, R, A.CARCANHOLO, M, D. (Orgs). **Neoliberalismo:** a tragédia do nosso tempo.2 ed. São Paulo: Cortez 2000.

MARCONI, M, A; **Metodologia do trabalho cientifico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos. 6 ed. São Paulo: Atlas 2001.

MARQUES, R, M.FERREIRA, M, R, J. O **Brasil sob a nova ordem:** a economia brasileira contemporânea: Uma análise dos governos color a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, M, I, C.MOLINARO, A**. Reestruturação produtiva e seu impacto nas relações de trabalho nos serviços públicos de saúde no Brasil.** Artigo. Departamento de Ciências Sociais, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000600018>. Acesso em: 9 de mai.2016.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política.31ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira,2013.
_____. **Manuscritos econômicos – filosóficos.** 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo: 2011.

MINAYO, C, S. et al. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade.23 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 1994.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M, L. **Estado, classe e movimento social**.3 ed. São Paulo: Cortez,2010.

NAVARRO, V.L.; PADILHA, **Dilemas do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo.** Psicologia & Sociedade; 19, Edição Especial 1: Ribeirão Preto: São Paulo, 2007.Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400004>.
Acesso em: 23 de nov.2015.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia política: uma** introdução crítica. 2 ed. São Paulo: Cortez 2007.

NEVES, M, A; **As transformações no mundo do trabalho:** crise e desafios. 1997,7 artigos. Belo horizonte: 1997. Disponível em:< http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_57/Magda_Neves.pdf>. Acesso em 20 de mar.2016.

OLIVEIRA, C, R. **História do trabalho.** São Paulo: Ática.1987.

PATRIOTA, L, M. et al. **Reflexões sobre pesquisa no cotidiano profissional do Assistente social**. Artigo, 2013. Disponível em:< http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/14190>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

RICHARDSON, R, J.et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas 1999.

TEIXEIRA, F, J, Neoliberalismo em Debate.In_____. OLIVEIRA, M, A. **Neoliberalismo e Reestruturação produtiva**: As novas determinações do mundo do trabalho.2 ed. São Paulo: Cortez 1998.p.195-252.

SALESIANA, F, C. **Guia**: de elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa. 4 ed. Vitória: FSSES, 2013.

SOARES, L, T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal Na América Latina.** 2 ed. São Paulo: Cortez 2002.